

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO
ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA DO
EGRÉGIO CONSELHO SECCIONAL DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
– SEÇÃO DE GOIÁS, NO EXERCÍCIO DE
2015, REALIZADA EM 11/02/2015.**

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze (11/02/2015), às dezessete horas (17:00h), foi instalada a **Segunda Sessão Ordinária Administrativa do Egrégio Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás**, no exercício de 2015, sob a Presidência do Advogado Enil Henrique de Souza Filho. A presente sessão foi secretariada pelo Conselheiro Secretário-Geral, Julio Cesar Meirelles. Esteve presente também a Diretora Márcia Queiroz Nascimento – Secretária-Geral Adjunta. **1. VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA** – Verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão plenária, confirmando direito de voz e voto aos Conselheiros Suplentes presentes. Em seguida, registrou as seguintes presenças: Haroldo José Rosa Machado Filho – Presidente da Subseção da OAB-GO de Goiás, Carlos Alves Cruvinel de Lima – Presidente da Subseção da OAB-GO de Piracanjuba, Tobias Nascindo Amaral Gonçalves – Diretor-Adjunto da ESA, Francisco Sena – Presidente do Sindicato dos Advogados de Goiás, Israilton Peireira da Silva – Secretário-Adjunto da CASAG e Wanderson de Oliveira – Presidente da Comissão da Advocacia Jovem. Ato contínuo, o Sr. Presidente cumprimentou todos os Advogados e Advogadas presentes neste ato, bem como registrou que a eleição a ser realizada para a escolha do substituto para o cargo de Diretor Tesoureiro seguirá as mesmas regras estabelecidas para a eleição do substituto de Presidente da OAB-GO. Prosseguindo, o Sr. Presidente apresentou seus agradecimentos aos membros do Conselho Seccional pela sua eleição para o provimento do cargo de Presidente da Seccional Goiana, pela confiança que lhe foi depositada. **2. COMUNICAÇÕES DA DIRETORIA.** Dando início às comunicações, o Sr. Presidente ressaltou que fará um breve esclarecimento sobre a questão dos empréstimos obtidos pela OAB-GO junto às instituições financeiras e que ao final da apresentação estará à disposição para quaisquer esclarecimentos. Também registrou que a apresentação será feita por meio de slides. Dando seguimento, o Sr. Presidente destacou que qualquer empresa ou instituição tem a prerrogativa de, quando necessário, utilizar de empréstimos nas instituições financeiras para atender necessidades da empresa ou instituição. Destacou, também, conforme artigo publicado no dia de hoje, que a OAB-GO realmente fez compromissos, mas voltados, exclusivamente, para trazer benefícios e investimentos. Iniciando a apresentação, o Sr. Presidente informou que já está sendo elaborado um ícone dentro do site da OAB-GO, que é provisório, nominado como OAB-GO Transparência. Ressaltou que, juntamente com as prestações de contas, já disponíveis no site, também constará as propostas orçamentárias até 2015. Ressaltou que as informações a serem disponibilizadas já estão prontas, dependendo apenas de um programa a ser desenvolvido pelo departamento de Tecnologia da Informação, o qual deverá ficar pronto no prazo de 45 dias. Ato contínuo, o Sr. Presidente passou a fazer a

seguinte apresentação, por meio de slides: “- Empréstimos anteriores: Na posse da diretoria para o triênio 2010/2012, a OAB-GO já possuía 2 empréstimos com instituições financeiras feitos pela diretoria anterior. 1) Credora: Caixa Econômica. Data: 28.09.2009. Valor: R\$ 435.000,00. Vencimento: 15.12.2010. Taxa de Juros: 2.62% am. Quitado. 2) Credora: Credijur. Data: 23.12.2009. Valor: R\$ 650.000,00. Vencimento: 26.06.2010. Taxa de Juros: 1,68% am. Quitado. – Empréstimos da gestão: No mês de janeiro, foi necessário contratar o primeiro empréstimo da gestão para suplementação de caixa. Credora: Credijur. Data: 25/01/2010. Valor: R\$ 500.000,00. Vencimento: 17.02.2010. Taxa Juros: 1.68% am. Estes três empréstimos foram quitados no exercício de 2010. Total: R\$ 1.686.332, 28.” O Sr. Presidente registrou que este o empréstimo do dia 25/01/2010 foi uma antecipação de receita. À oportunidade, explicou que o recebimento das anuidade, que é a única fonte de receita, tem início em janeiro até maio, com recebimento de 50% das anuidades, computando os pagamentos à vista e os parcelamentos em até 04 vezes. Porém, há ainda parcelamentos que vão até o mês de novembro e o recebimento das anuidades começam a diminuir no mês de julho, ou seja, a “gordura” acumulada com os recebimentos começam a ser usadas e quando chega no final do ano, pede-se a antecipação da receita para cobrir as despesas (salários e décimos terceiro de funcionários e outras despesas operacionais e administrativas). Enfatizou que os três empréstimos acima apresentados foram quitados em 2010. Dando seguimento à apresentação de slides: “- No final de 2010, foram feitos 2 novos empréstimos para realização de investimentos. – Estes dois estão entre os cinco empréstimos citados pelo vice-presidente na última sessão e já forma quitados. 1) Credora: Credijur. Data: 08.11.2010. Valor: R\$ 1.100.000,00. Vencimento: 25.01.2012. Taxa de Juros: 0,50% am + CDI. Quitado. 2) Credora: Caixa Econômica. Data 22.11.2010. Valor: R\$ 1.500.000,00. Vencimento: 22.11.2012. Taxa Juros: 1,55% am. Quitado. – Investimentos realizados: - **2010** – início da construção da sede administrativa da Subseção de Ceres; Reforma nas Subseções de Ipameri e Santa Helena; Instalação de 10 sala de apoio: Cocalzinho de Goiás, Rubiataba, Itapaci, Uruana, Firminópolis, São Domingos, São Simão, Uruaçu, ESA e Escritório Compartilhado em Rio Verde; Aquisição de 94 microcomputadores; Instalação de equipamentos para transmissão de cursos telepresenciais da ASSP; - **2011** – Instalação de 28 salas de apoio: Acreúna, Jandaia, Alexânia, uma no 3º e outra no 4º Juizados Especiais em Anápolis, Corumbá de Goiás, Goianópolis, Cumari, Justiça Federal em Formosa, Planaltina, Ceres, Nova Crixás, Barro Alto, TRT em Goiatuba, Aragarças, Israelândia, Montes Claros, Bom Jesus, Jussara, Águas Lindas, Cidade Ocidental, Novo Gama, Luziânia, Valparaíso, Estrela do Norte, Justiça Federal em Uruaçu, Fórum no Jardim Goiás e Escritórios Compartilhados em Goiânia; Reforma na Subseção de Morrinhos; Conclusão da construção da sede administrativa da Subseção de Ceres; Aquisição de 67 microcomputadores. – **Empréstimos Vigentes**. – Os outros três empréstimos citados pelo vice-presidente ainda estão vigentes. Todos os três estão com os pagamentos em dia conforme prazos estabelecidos nos contratos. 3) Credora: Bic Banco. Data: 10.08.2012. Valor: R\$ 5.000.000,00. Vencimento: 13.08.2015. Taxa Juros: 0,50% am + CDI. Parcelas pagas: 29. Parcelas a vencer: 07. Saldo Devedor: R\$ 1.426.289,48.” O Sr. Presidente informou que todos os contratos foram discutidos em Diretoria, com aprovação do Conselho e, em particular, o empréstimo com o Bic Banco acima mencionado, a Diretoria tomou alguns cuidados por ser um ano eleitoral e, diante desse fato, adotou um excesso nas

formalidades, quais sejam: - registrando a decisão da Diretoria em ata quanto ao empréstimo e, ainda, submetendo referida decisão ao referendo do Conselho que, à unanimidade, referendou a decisão da Diretoria. Ainda, o Sr. Presidente esclareceu que o Vice-Presidente Sebastião Macalé Caciano Cassimiro sabia dos empréstimos realizados, vez que o mesmo assinou as atas e os contratos, conforme consta da apresentação. Prosseguindo com a apresentação dos slides: “Investimentos realizados: **-2012** – Instalação de 23 salas de apoio: Leopoldo de Bulhões, Fórum Central e Garavelo de Aparecida de Goiânia, Hidrolândia, Goiandira, Carmo do Rio Verde, Cristalina, Santa Terezinha de Goiás, Flores de Goiás, Justiça Federal em Formosa, Vara do Trabalho em Goianésia, Araçu, Itauçu, Urutaí, Itaguaru, Serranópolis, Santo Antônio do Descoberto, Pontalina, Maurilândia, São Luis de Montes Belos, Aurilândia, Juceg e TRT em Goiânia; Início da construção das sedes administrativas de Anápolis, Caldas Novas, Piracanjuba, Quirinópolis e Iporá; Construção de estacionamento em Trindade; Reforma das Subseções de Inhumas e Goiás; Reforma no campo de futebol da Subseção de Formosa; Aquisição de 10 microcomputadores. – Empréstimo Vigente: 4) Credora: Caixa Econômica. Data: 10.07.2013. Valor: R\$ 3.100.000,00. Vencimento: 11.07.2017. Taxa de Juros: 0,49% am + CDI. Parcelas pagas: 19. Parcelas a vencer: 29. Saldo Devedor: 1.872.916,57.” O Sr. Presidente ressaltou que o Vice-Presidente, Sebastião Macalé Caciano Cassimiro, também tinha conhecimento do referido empréstimo, vez que assinou o contrato firmado com a CEF. Dando seguimento com os slides: “- **Investimentos realizados:** - 2013 – Conclusão da construção das sedes administrativas de Caldas Novas, Piracanjuba e Quirinópolis; Aquisição de móveis e equipamentos para inauguração das sedes administrativas de Caldas Novas e Piracanjuba e Quirinópolis; Início da construção da sede administrativa da Subseção de Jataí; Instalação de 5 salas de apoio: TRT de Porangatu, Santo Antônio do Descoberto, Ivolândia, Planaltina de Goiás e Justiça Federal de Goiânia (Centro); Aquisição e reforma da sede administrativa de Aparecida de Goiânia; Reforma nas palhoças do CEL, substituição das palhas por estrutura metálica telhas; Reforma da sede social da Subseção de Itumbiara; Reestruturação da sala de sessões: substituição dos carpetes por piso e alteração da estrutura com aumento de mesas e cadeiras; Aquisição de 28 microcomputadores; Projeto de desenvolvimento e migração do sistema legado – banco de dados da OAB-GO. – **Empréstimos vigentes:** 5) Credora: Credijur. Data: 03.11.2014. Valor: R\$ 1.900.000,00. Vencimento: 30.11.2015. Taxa de juros: 1,78% am. Parcelas pagas: 01. Parcelas a vencer: 10. Saldo devedor: 1.985.409,80. – **Investimentos realizados:** - 2014: Avanço nas construções das sedes administrativas das Subseções de Anápolis e Itaberaí (cobertura e captação de água pluvial dos telhado; Reformas nas Subseções de Catalão e Luziânia; Reestruturação da sala de apoio em Catalão; Reformas na parte interior da Escola Superior de Advocacia (pinturas as salas, aquisição de novos aparelhos de ar condicionado para as salas 01 e 02 e renovação da sinalização de espaços internos); Instalação de 7 salas de apoio: Niquelândia, Piranhas, Padre Bernado, Santa Cruz, Valparaíso, TRT de Inhumas e Justiça Federal (República do Líbano) em Goiânia. – **Proposta Orçamentária contempla contratação de empréstimos:** Ao final de cada exercício, a diretoria submete à aprovação do Conselho Seccional a Proposta Orçamentária para o ano seguinte. As propostas orçamentárias referentes aos exercícios de 2012 a 2015 foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho Seccional durante sessões plenárias realizadas respectivamente em 16/11/2011, 05/12/2012, 18/12/2013 e 03/12/2014. A

aprovação da Proposta Orçamentária implica na aprovação das condições especiais requeridas pela diretoria nela descritas. Dentre elas, consta a contração de empréstimos. Todos os empréstimos vigentes foram contraídos no período entre 2012 e 2014, portanto contam com a anuência de toda a diretoria e também com a autorização prévia do Conselho Seccional.” O Sr. Presidente ressaltou que todos os empréstimos apresentados foram cuidadosamente estudados, analisados pela diretoria, juntamente com o pessoal da Tesouraria. Destacou ainda, que foi buscado o melhor momento para contrair os empréstimos, com juros baixos, estava com uma economia estabilizada, o planejamento das obras com a execução ficou 30% mais barato, isso pela estabilidade econômica e ganho na compra de materiais, já que haviam obras em andamento possibilitando a compra de materiais de construção em maior quantidade, com descontos. Também registrou que, com o dinheiro ganho foi possível fazer outras reformas e outras ações para o bem estar da advocacia goiana. Em seguida, o Sr. Presidente registrou que toda proposta orçamentária é colocada para aprovação do Conselho Seccional e sua aprovação implica na aprovação das condições especiais adquiridas pela diretoria nelas descritas, dentre elas a contração de empréstimos. Ato contínuo, o Sr. Presidente informou que toda a apresentação estará disponível a todos os Conselheiros e que todos os documentos originais estão na Tesouraria desta Casa à disposição. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra aos Conselheiros. Conselheiro Alex Araújo Neder: *“Senhor Presidente nós fizemos um requerimento a Vossa Excelência no sentido de que todas as dívidas, tudo aquilo que foi contraído pela OAB, que foi pago, que resta pagar, os juros, tudo isso fosse compartilhado com o Conselho e com toda a classe dos advogados. Porque volto a dizer, com todo respeito, que o Presidente Henrique Tibúrcio nunca, jamais compartilhou conosco essa dívidas, que nos trouxe o Vice-Presidente Sebastião Macalé naquele dia quatro de fevereiro, da forma que ele fez. E eu quero ressaltar aqui e para os colegas que a forma com que o Conselho aprova o orçamento, não vem o detalhamento do que a Diretoria decide fazer com os empréstimos. Essa é uma autonomia da Diretoria. Não há nas atas de aprovação do orçamento detalhamento dos empréstimos que são feitos. Eu não estou dizendo que isso é errado ou irregular, estou dizendo que há um desconhecimento da minha parte, que estou no meu primeiro mandato aqui na OAB e de vários colegas. Eu acho interessante a proposta de Vossa Excelência no sentido de trazer esse primeiros esclarecimentos, mas eu ratifico que gostaria que além dos esclarecimentos trazidos Senhor Presidente, fosse disponibilizado a toda a classe do advogado, os contratos, tudo, tudo o que foi feito, da forma mais aberta possível e que respondesse àquele questionamento nosso, do nosso requerimento. Porque nós precisamos saber, o Sr. falou que foi empregado realmente em sedes, subseções, uma série de construções. Não estou duvidando disso. Eu só gostaria que isso ficasse muito mais ampliado, muito mais aprofundado e de fácil compreensão, para que toda a classe advocatícia do estado de Goiás possa ter uma compreensão ampla, clara e objetiva, para que a instituição OAB-GO não seja confundida, como se tivesse praticado atos errados, ilegais, o que eu não concordo, até provem o contrário. E nós estamos sendo submetidos hoje ao crivo da população, da sociedade e da nossa classe. Então eu peço e reitero a Vossa Excelência que esses esclarecimentos sejam mais ampliados e fornecidos documentos, abertos, a toda a classe dos advogados e a todos, para que nós possamos saber detalhadamente essas dívidas. E volto a dizer, da forma com que esses orçamentos são passados pelo Conselho, não são da forma*

como que são feitos pela Diretoria. Porque a Diretoria que delibera os empréstimos, ela que resolve, tanto que tem essa ata aí e na ata que vem para o Conselho ela é muito sucinta, nós não sabemos desses detalhes. Então eu peço e reitero a Vossa Excelência que nosso requerimento seja acatado e que seja disponibilizado todos os documentos pertinentes a esses empréstimos no Portal da Transparência e para todos os advogados do estado de Goiás. Agradeço a atenção.” O Sr. Presidente Enil Henrique de Souza Filho manifestou-se: “A respeito disso Dr. Alex, eu tenho a dizer o seguinte. Nós não temos a intenção nenhuma e nunca foi praticado de nenhuma forma algo que fosse para esconder, algo que fosse para mudar o que realmente a gente buscava para fazer com esses empréstimos, tudo isso, à época, achávamos que seria a forma ideal, a forma correta. Nada impede que a gente possa mudar, dar uma nova metodologia para isso. Podemos sim, preparar antes de colocar na pauta a aprovação do orçamento, assim como a prestação de contas, anteciparmos isso para os Conselheiros, para que eles possam fazer com mais tranquilidade, uma avaliação de tudo isso, para que no dia da sessão, ele chegue e prestando atenção na prestação de contas, ele possa acompanhar item por item que está sendo discutido. Porque na nossa prestação de contas e na elaboração dos nossos orçamentos, nós encaminhamos tudo isso feito pela nossa contabilidade, pela nossa tesouraria, passamos para nossa Comissão de Orçamento e Contas, que ela faz a avaliação e daí a gente traz para a avaliação do Conselho. Podemos sim, mudar essa metodologia, encaminhando a cada um dos Senhores Conselheiros e Conselheiras antes, para que vocês possam tranquilamente fazer essa avaliação e a gente poder discutir as dúvidas que tiverem para aprovação ou não do orçamento e das contas. E a respeito da publicidade disso para os nossos inscritos, eu não vejo um melhor meio do que colocar no nosso site. E aqui nós temos o pessoal da imprensa que pode levar a divulgação disso e nós através do site demonstrar para os nossos inscritos que está à disposição deles esses contratos que foram de uma forma [como que vou dizer] irresponsável com a Ordem, noticiada pelo nosso Vice-Presidente, infelizmente. Porque não se explicou. Acho que se trouxesse o assunto para a sociedade teria que ter a preocupação de esclarecer como foi feito, porque que foi feito, a destinação e não colocar como 13 milhões um valor que a maioria da sociedade e dos inscritos tem como dívida e na verdade, hoje, não foi dessa forma que nós contratamos. Contratamos sim um montante de 13 milhões, mas tem um contrato vencendo agora dia 13/08/2015, que é o maior deles, de 5 milhões de reais. O mais longo que é o da Caixa Econômica Federal, que faltam vinte e poucas parcelas de 64 mil reais. Nós temos um orçamento previsto de 29 milhões de reais, nós temos crédito com o Conselho Federal de 2 milhões e 600 mil reais. Já há um aprovado em 06/10/2014 de 1 milhão e 394 mil reais. E como foi noticiado agora, o Presidente em exercício, Sebastião Macalé, foi acompanhado de alguns Conselheiros Federais e outros Conselheiros e Presidentes de Subseção, que teve a promessa de mais 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) com destinação já prevista. Então hoje nós temos um crédito no Conselho Federal e quero crer que o Conselho Federal vai honrar isso conosco, de aproximadamente 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais). Então essa situação de transparência Alex, nós vamos procurar fazê-la da melhor forma possível. Colocar disponibilizado no site a ata. Você acha que esse esclarecimento atende o pedido que vocês fizeram?”. Com a palavra o Conselheiro Alex Neder: “Senhor Presidente estou observando muita boa vontade de Vossa Excelência.

Eu acho que essa explanação, ela atende em parte o que nós pedimos, mas nós precisamos, como eu falei, ampliar e aprofundar isso e trazer essa questão bem mastigada para que o advogado leigo possa entender o que realmente aconteceu e disponibilizar todos os documentos que fazem parte desses empréstimos para todos os advogados”. O Sr. Presidente questionou ao Conselheiro Alex Araújo Neder quais outros documentos gostaria que fossem disponibilizados, além dos que foram apresentados na apresentação. O Conselheiro Alex Araújo Neder respondeu: “Eu acho que para que não haja dúvida, os extratos bancários, os contratos, enfim, aquilo que for pertinente aos contratos e aos pagamentos, pelo menos para quem quiser vir aqui e ter acesso pelo menos. Se não couber no site. Mas para quem quiser ter acesso, precisamos deixar que tenha acesso”. Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Isso nós vamos colocar à disposição. O que eu acho que seria interessante, eu queria trazer à apreciação do Conselho, que nós colocaríamos à disposição toda essa documentação aqui na Tesouraria. Porque, quem tem interesse, a comodidade da notícia como foi feita, em linhas gerais ela está bem colocada aqui nesta documentação. O detalhamento de extrato, de valor liberado, de tudo isso, fica à disposição. E aqui eu já coloco à disposição dos Senhores, aqui na nossa Tesouraria, para que venham aqui, utilizem do pessoal nosso para que possam apresentar para vocês”. O Conselheiro Paulo César Reis Vieira pediu a palavra: “Eu só gostaria de fazer um comentário dentro do que ele está dizendo. É que até para nós, que estamos vendo sua boa vontade em nos explicar o que temos hoje a pagar e também a receber, seria pelo menos um documento para esclarecer melhor, até os mais leigos, o que seria realmente esses documentos, os contratos que foram feitos, que aí tem que saber o valor, a data, tudo certinho. A obra que feita, o dinheiro desse contrato, para onde ele, também de forma detalhada, da forma como está saindo aí e principalmente, o temos ainda para receber. Porque nós sabemos que o dinheiro saiu para as obras, que está tudo certo. Nós não temos a menor dúvida disso. Mas o quê que fica difícil do entendimento hoje da sociedade e principalmente para a oposição que está criando uma série de celeumas e problemas para nos afastar da verdade, é pelo menos colocar uma nota no jornal, no “O Popular”, para esclarecer isso de forma [...] até as rádios de Rio Verde aprenderam a falar mal da OAB. O Costa Filho foi lá essa semana e a “OAB tem isso, tem aquilo”. Então quer dizer que tem muita gente que está gastando dinheiro para detonar nossa instituição. Pelo menos soltar uma matéria que os investimentos foram muito bem feitos, que foram muito bem investidos, que estão todos aí para todos verem que é uma entidade sólida forte, com administração forte, que é isso que nós somos. E que nós temos aí um saldo a receber muito superior ao valor a pagar, que nós não estamos criando dívida, não somos irresponsáveis. Agora, essa documentação não querendo descaracterizar o que o colega Alex está colocando, que quem quiser saber os detalhes para onde foi o dinheiro, aí tudo bem ele vem, tem o Portal, tem o site mais apropriado, mas pelo menos para jogar na OAB débito, crédito e o valor que nós temos a receber. E outra quais foram as obras que foram feitas nas gestões, mais nada.”. Conselheiro Alex Araújo Neder: “Presidente eu gostaria de completar uma parte do que eu falei. Eu acho que a sugestão que Vossa Excelência deu, de tornar com que as atas vem para o Conselho sejam mais detalhadas, para que saibamos o que estamos votando é imprescindível. As atas que o Conselho aprova, que muitas vezes o Conselho aprova sem saber essas minúcias, que o Conselho delibera. É uma sugestão boa que o Senhor

deu, que eu acolho e acho importante ser implementada na OAB, que vai dar mais transparência. Eu gostaria que o requerimento que nós fizemos, essa complementação, constasse em ata”. Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Ela consta em ata e eu vou fazer a resposta através de ofício, para vocês. Eu gostaria de fazer o seguinte, o Julio está colhendo as inscrições e eu queria, por exemplo, igual o PC fez, uma colocação, eu quero responder para você PC e aqueles [...]eu acho que vai contribuir até para outras perguntas que vocês possam estar em dúvida. Não é que eu não queira fazer isso, mas é só para podermos dar uma organizada nisso. Senão vamos ficar a noite toda aqui e deixa só eu dizer o seguinte para você PC. Essa apresentação foi a mais sucinta possível, que nós fizemos, eu acho que nós temos aqui os empréstimos contraídos, as instituições financeiras, o valor do principal da contratação, data do vencimento, saldo devedor de todos, a data que foi quitado, os juros contratados, está tudo aqui. Apresentamos os contratos que estão em vigência, a cópia deles foram apresentadas aqui. Então acho que não tem dúvida para qualquer pessoal que já fez alguma contratação bancária, ele vai identificar isso aqui. E acredito que nossos colegas advogados, também, ou feito a contratação bancária, ou atendeu algum cliente que já fez essa contratação bancária. Eu acho que está bem auto explicativo. E outra coisa que tenho a dizer para você, em termos de divulgação, hoje nós estamos aqui, a imprensa que está acompanhando esta apresentação. Eu fui muito criticado por eles por não entregar essa documentação que estou apresentando para o Conselho para eles, porquê? Porque nós entendemos que o Conselho tem que saber primeiro desse esclarecimento, poderia ser cômodo para mim, quando fui procurado na sexta-feira. Poderia ter apanhado menos. A OAB poderia ter apanhado menos, se eu tivesse colocado essa documentação na mão da imprensa. Que iriam saber que a dívida nossa não era treze milhões, eles iriam saber que o dinheiro que nós utilizamos, não foi para pagar dívida, não foi para fazer custeio, eles iriam saber que todo esse dinheiro foi para fazer investimento, mas eu não fiz. Não fiz porque eu acho que o Conselho tinha que saber primeiro, sofremos, cortamos na carne, eu, principalmente, sabendo que poderia ser amenizado a nossa situação na imprensa, mas não o fiz, em respeito ao Conselho, o compromisso com o Conselho. Eles estão aqui colhendo essas informações, que estão sendo apresentadas para os Senhores e Senhoras. Faço isso, porque isso é o certo. E faço isso, como disse para um repórter, ele me perguntou, “porque você vai fazer isso” e eu disse “porque se eu fizesse isso antes eu teria os meus pares me criticando e agora fazendo junto com eles”, porque vocês aumentam a responsabilidade da imprensa, porque eles estão vendo que nós estamos apresentando e se vocês jornalistas colocarem alguma coisa que não foi feito da forma como foi apresentado, vocês terão oitenta advogados e conselheiros criticando vocês. E eles vão divulgar o que foi apresentado aqui e nós acreditamos que a imprensa vai fazer isso. Ela precisa de esclarecimentos, porque se foi publicada alguma coisa da forma como foi feita, foi porque alguém passou a informação da forma distorcida como foi publicado. Então PC, eu acho que nós devemos aguardar amanhã, a manifestação espontânea da imprensa, de tudo o que foi dito aqui. E acredito que, [...]eu vou abrir um espaço para poder responder a pergunta para eles, lá fora, porque aqui dentro quem tem direito a voz e voto são os conselheiro. Então em respeito ao plenário, em respeito ao Conselho, dessa forma agir e, se tiver alguma coisa distorcida, que eles não entenderem, eu vou esclarecer e se tiver necessidade de fazer maiores esclarecimentos, nós, nós vamos

decidir isso, porque no momento nós temos que aguardar a resposta desse esclarecimento para nós e para nossos inscritos. Pode ser assim”? Conselheiro Vitor Hugo Albino Pelles: *“Excelentíssimo Presidente, Excelentíssimos Conselheiros, eu confesso que decorrido setenta por cento do nosso mandato, eu estou começando a me sentir útil, estou começando a me sentir um conselheiro, realmente dentro da instituição. Eu vejo que o passo que está sendo dado hoje é importante. Dúvidas existem, essas dúvidas são grandes, acredito que eu as tenho, gostaria de conhecer mais de ter mais dados, poder me aprofundar melhor no que tange quais são as garantias que foram dadas, se esses dois últimos empréstimos que foram contraídos na nossa gestão, se houve posteriormente o referendo do Conselho, assim como, muito bem feito no primeiro que observei, que o empréstimo foi proposto por Vossa Excelência ainda no BIC, por ser um ano eleitoral, foi adotada uma providência, que eu acho importantíssima, que foi pedir, solicitar o referendo do Conselho, eu tenho dúvida, eu não me recordo de ter referendado esses dois últimos. Mas o que eu gostaria de ressaltar é a importância do passo que está sendo dado aqui hoje. Eu acredito que isso é importante, essa iniciativa de transparência e, principalmente, de respeito ao Conselho. O Conselho não está sabendo destas informações por grupo de watsaps. Eu me sinto valorizado por isso, participo de alguns grupos, mas me silencie, só ouço e, principalmente, estou obtendo essa informação, informação oficial. Não uma informação por grupos de watsaps, não uma informação distorcida, às vezes por parte da imprensa, não por culpa da imprensa, mas por culpa de quem levou a informação. Então eu tenho muitas dúvidas ainda, gostaria de tê-las sanadas, mas para o primeiro passo já me satisfaço”. Conselheira Carla Sahium Traboulsi: “Boa noite a todos, boa noite Presidente, boa noite aos meus pares. A pergunta que quero fazer é assim. Não via aí, me perdoe se não vi por falta de atenção ou por falta de compreensão em relação a isso. A inadimplência que temos hoje em relação a nossa Casa é de quanto”? Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “A nossa inadimplência, ela em todos os três contratos ele monta a quantia de cinco milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos/ não não não, inadimplência? Nós não temos inadimplência”. Conselheira Carla Sahium Traboulsi: “Inadimplência não em relação a contratos, estou falando de inscritos, de valores a receber?” Por isso eu falei que não vi, e por isso gostaria de saber, se possível, se não for possível basta dizer não”. Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Não tem problema nenhum, porque o que estávamos focados, o que foi amplamente divulgado/ nós apanhamos muito, foi por conta/ por isso eu disse que estávamos tratando desse assunto especificamente, mas isso posso responder para a Senhora. A inadimplência nossa hoje é uma das menores do país, nós fizemos um recebimento o ano passado de mais de três milhões de quase quatro milhões de reais de anuidades de exercícios anteriores. Como que nós fizemos? Nós executamos mais de hum mil e cem colegas, porque não achamos justo, nós e mais de oitenta por cento de colegas que pagam a anuidade, os benefícios que os inadimplentes tem, então justificativa esta que nós estamos fazendo e foi discutido isso aqui no Conselho e pegamos o referendo do Conselho para que assim agíssemos. Hoje a nossa inadimplência é... ao final do ano né, ela é um percentual aproximado de vinte e dois por cento, aproximado e é isso. A gente pode olhar na própria prestação de contas, me corrija o Dr. Márcio Pacheco, que existe lá o comunicado desse percentual”. Conselheira Carla Sahium Traboulsi: “Outra pergunta, se posso fazê-la. Sobre*

as garantias foi dito aqui em plenário, a questão de garantias em relação aos nossos prédios, gostaria de perguntar, porque também não vi Presidente. Dr. Vitor Hugo não perguntou. Quais são as garantias. Quais os prédios que nós temos, quais os imóveis que garantem esses pagamentos”? Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Deixa eu falar uma coisa para vocês. Nós hoje, nós temos...o patrimônio da Ordem, em termos de imobilizado, prédios, viu Dra. Carla. Nós temos mais ou menos vinte e nove edificações e temos vinte e um terrenos. A avaliação desses imóveis, desses terrenos ultrapassam cem milhões de reais, isso é uma avaliação que/ ... uma conta burra que nós fizemos, porque só essas obras que foram terminadas, ela tem aproximadamente dois milhões e trezentos mil reais cada uma, aproximadamente. E nós temos o CEL que tem aproximadamente cinquenta milhões, que vale, avaliação burra. O CEL de Anápolis ele tem mais ou menos vinte e cinco milhões. Então todos os prédios e sedes, Itumbiara nós temos uma sede que tem uma valorização que nós colocamos aqui, que são hum mil e quarenta e quatro metros de área construída. Geraldinho mais ou menos vale o que aquela sede?”* Conselheiro Geraldo Augusto Mateus: *“Ah, aquela ali ultrapassa os dez milhões.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Então, tranquilamente nós temos um patrimônio mais de cem milhões. E nós sabemos que quando se contrair um empréstimo, as instituições bancárias, além do aval/”* Conselheira Carla Sahium Trabolsi: *“Sim, eu sei, só gostaria de saber quais são”.* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Normalmente nós colocamos esse prédio aqui, do Olavo Berquó. O Centro de Serviço e esse prédio. Esses são os prédios que normalmente nós colocamos. Conselheira Carla Sahium Trabolsi: “Esses estão em garantia das dívidas?”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“é porque não há a necessidade de colocar mai.”* Conselheira Carla Sahium Trabolsi: *“Certo, eu só gostaria de saber se esses hoje são os prédios que garantem/”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eu não sei precisar para a Senhora qual está em qual contrato.”* Conselheira Carla Sahium Trabolsi: *“Só gostaria de esclarecer isso, esses são os prédios que garantem hoje o pagamento. Bom, a outra pergunta também de esclarecimento, Presidente, eu gostaria/ para que não pareça nada/ mas acho que o momento é esse, e eu até mandei um e-mail nesse sentido é de esclarecimento mesmo. Foi dito que algumas obras estão paradas, eu gostaria de saber se os volumes então foram feitos com o aval da Diretora e dizendo aqui, é porque elas foram paradas, porque essa pergunta é/não sei se cabe aqui, ou seja, se elas foram paradas, sendo que os recursos foram retirados para este fim. Então porque elas foram paralisadas, as obras, quais são essa obras que estão paralisadas, e uma outra pergunta, foi dito aqui também que valor o dinheiro de Rio Verde teria ficado para/ conosco e teria então agora que retornar. Então são várias perguntas. Primeiro é quais as obras paradas, porque elas pararam, se nós temos então dinheiro e qual o valor que nós temos que fazer de devolução, se é que assim entendi.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Tá, deixa então eu te dizer. Dinheiro, para eu entender como a Senhora está pensando. Como a Senhora acha que nós temos dinheiro? Só para eu entender. Como acha.”* Conselheira Carla Sahium Trabolsi: *“Na-ão Presidente. O Senhor nos disse aqui que foram retirados valores de empréstimos destinados para construção de Subseções, certo? Confere?”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Confere”.* Conselheira Carla Sahium Trabolsi: *“Eu estou dizendo ao Senhor que esses valores que foram retirados, eles entraram então no nosso caixa, ok? Com destinação específica, conforme nossa ata. A destinação era de construção das sedes*

dessas Subseções, elas foram todas utilizadas e aquelas que constam e que não foram, pararam porquê?” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Todo dinheiro, esse dinheiro dos empréstimos ele não dava para construir as sedes que nós construímos, nós tivemos que colocar recursos próprios nossos, porque senão não terminaríamos. Porque se nós fossemos utilizar os recursos próprios da Ordem, nós não teríamos terminado três sedes, durante esses cinco anos. O que nós fizemos, como eu disse, aproveitamos o momento de uma taxa de juros que era compatível, vocês viram aqui. Aproveitamos o momento da economia e era muito favorável e ganhamos dentro do orçamento de cada obra na faixa de trinta por cento menor. Pegamos esse dinheiro demos entrada em outras obras, veio, por exemplo, Anápolis. Quando o Conselho Federal nos passou um milhão e duzentos mil reais naquela época e lá o dinheiro é feito por medição, quando chegou o dinheiro para nós, nós já tínhamos gasto mais de um milhão e meio, por isso que veio integral o dinheiro. Então essas obras hoje, elas estão paradas porque/...a que está mais...setenta por cento da obra de Anápolis já está pronta, estrategicamente, conversando com o Presidente das Subseções achou-se por bem termina-las neste ano estrategicamente.”* Conselheira Carla Sahium Trabolsi: *“Eu só gostaria de saber Presidente, a pergunta é muito simples, quais são?”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Quais são, Anápolis, Iporá e Itaberaí”.* Conselheira Carla Sahium Trabolsi: *“E a de Rio Verde?”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *Vamos iniciar a de/... já iniciamos de Jataí, a terraplanagem e a de Rio Verde estamos elaborando, porque fizemos um projeto, estamos modificando esse projeto para atender as necessidades de Rio Verde, por isso que não foi iniciada ainda, mas acredito, as construtoras já nos garantiram que essas que já estão terminando, que já iniciadas, até o mês de agosto, setembro estarão sendo inauguradas e a de Jataí e de Rio Verde, também nesse período.”* Conselheira Carla Sahium Traboulsi: *“A pergunta então seria assim, com esse valor hoje que nós temos, então...que foram já com empréstimo e tudo, já terminariam com orçamento que foi aprovado, ou teríamos que fazer mais empréstimos?”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Não, nós temos que confiar no Conselho Federal. O Conselho Federal, nós um crédito com o Conselho Federal de dois milhões e seiscentos mil reais, aproximadamente. Eu quero crer que o Conselho Federal vai honrar esse compromisso. Esse valor vai ser mais que suficiente para terminar essas obras que estão já iniciadas, iniciar e terminar essas que o dinheiro vai vir destinada a elas. Vai fazer a correção do leito do rio do CEL e não vai dar porque nós vamos ter que utilizar, como existe já na previsão orçamentária, Dr. Márcio Pacheco sabe muito bem disso, valores que vamos tirar do recurso próprio para inteirar, para terminar essas obras.”* Conselheira Carla Sahium Traboulsi: *“E o valor de Rio Verde?”* Conselheira Lorena Barbosa Carneiro: *“Dra. Carla pela ordem, tem outros inscritos e nós temos ainda uma eleição para fazer, pode por favor... a Senhora já fez vários questionamentos. Respeito muito a Senhora, mas por gentileza. Pela ordem Presidente.”* Conselheira Carla Sahium Traboulsi: *“Dra. Lorena eu agradeço. Mas acredito que os esclarecimentos que tenho feito, podem ter ajudado os demais e eu peço ao Presidente, que nós tratamos de um ato muito importante e não quero ser inoportuna.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Dra. só peço a Senhora que fale comigo, que aí eu vou responder Senhora.”* Conselheira Carla Sahium Traboulsi: *“Só estava respondendo a Lorena.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Por isso peço para a gente não desviar o foco do assunto. Estou te pedindo.”* Conselheira Carla Sahium Traboulsi:

“Estou desculpando com o Conselho.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“A questão de Rio Verde, né. Nós já tivemos conversando com o Presidente, já reunimos com a Diretoria dele, já fizemos lá sim alguns investimentos de reforma do salão, foi utilizado o dinheiro da venda, parte dele, não ele todo, para fazer uma reforma no salão. E lá vai se gastar muito mais do que o dinheiro que foi advindo da venda dos terrenos. Então essa questão, o compromisso com Rio Verde, Jataí, o CEL de Uruaçu, Fiminópolis, essa verba ela será tratada na Diretoria, porque nós da Diretoria, nós temos uma missão, nós temos uma missão, a missão de gestão. E nós temos outra, a de ganhar a eleição, essa é a nossa missão. Não sou candidato e tenho compromisso com vocês todos de fazer isso. Por isso minha preocupação em ter uma diretoria e já nesse momento falo pra vocês e tenho falado muito para os candidatos, tá desculpa, todos conselheiros, que a importância de ter pessoas na diretoria que esteja envolvido com essa missão, pra não desviar o foco, porque nós temos muito pouco tempo, muito pouco tempo, pra fazer o que nos propomos a fazer, tudo bem.* Conselheira Carla Sahium Traboulsi: *Eu agradeço, peço desculpas ao Conselho, se fiz mais do que devia, e presidente, eu só quero deixar registrado, o meu compromisso ainda nessa gestão, é com essa gestão. Obrigada.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Pois não, eu que agradeço.”* Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: *“Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, eu fiquei um pouco na dúvida só com relação, foi dito aí que os empréstimos foram tomados em razão de que não tinha verba suficiente, que estavam orçadas, as verbas que eu quero colocar que, se o orçamento, um valor x e esse valor não dá pra fazer as Sedes, ou o orçamento furou, foi mal posicionado, o que aconteceu com o orçamento? Isso que eu queria saber com relação a cada ano desses empréstimos.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Na verdade eu vou pegar a justificativa para todos os três empréstimos, porque foi no mesmo período, o que que aconteceu, como eu disse, não sei se você notou, que a taxa de juro, a maior que nos contratamos foi de 0.5% nesse CDI, hoje se falar isso pro pessoal, eles não acreditam, então o momento era muito oportuno pra que a gente pudesse, aqui como eu disse pra Dra. Carla, se nós fossemos usar o recurso próprio da OAB, hoje nós ainda estávamos terminamos a segunda, ou no máximo a terceira obra, com os próprios recursos nossos, o que que nós fizemos, no primeiro mandato nós terminamos cinco obras, e estamos terminando de pagar o empréstimo de um patrimônio, que supera todo esse valor que foi negociado. Certo. Então, aproveitamos também o equilíbrio da economia, que na época foi orçada um valor para construção das obras, 30% menor, porque nós ganhamos na compra, quando, se fossemos comprar mil metros de piso, era um valor, se fossemos comprar dez mil metros de piso, foi aonde nós ganhávamos na compra, ferro, a tonelada de ferro, dependendo o valor que nos fossemos comprar, ganhávamos na compra. Então foi isso que nós tivemos, discutimos e vimos a possibilidade de fazer esses empréstimos para ganhar com isso. Porque se não, nós fossemos usar os nossos recursos, e sabemos que nós não íamos ter dificuldades, que a saúde financeira da OAB, sempre foi, na nossa gestão, eu posso responder, muito saudável e não correríamos o risco de ser inadimplentes com distinção financeira e não iríamos comprometer a administração da instituição.”* Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: *“Então foi incluído também novas sedes, além daquelas que estavam dotadas no orçamento?”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Cada ano, a gente foi dotado, cada ano, no orçamento, a gente foi colocando no*

orçamento, Alexandre. Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “Tudo Bem.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Certo.” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “Com relação aos empréstimos, eu vi ai, que houve, que o Presidente nos trouxe a informação que o empréstimo de 05 milhões, a diretoria aprovou e foi colocado ad referendum do Conselho. Os demais empréstimos, também, assim foram feitos?” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “ Mas nós justificamos, porque nós tivemos esse excesso, vamos dizer assim, porque se tratava de um ano eleitoral e pelo valor que era de 05 milhões, então não havia necessidade porque no orçamento já estava autorizado pelo Conselho ali por liberalidade e por referendo do Conselho, a contratação de empréstimo. Então o cuidado que nós tivemos pra fazer, esse vamos dizer, esse excesso, foi justamente por se tratar de um ano eleitoral.” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “ Tá, mas o Conselho não tomou ciência desses novos empréstimos, só, daquele de 05 milhões?” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “ Tomou em, vc fala ... ” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “ Assim, foi colocado em votação o de 05 milhões, ficou claro ai , trouxe até a ata de aprovação. ”Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Sim, perfeito.” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “ Agora dos demais de um milhão e meio, um milhão e trezentos, o Conselho aprovou nesta gestão?” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “ Foi aprovada a liberalidade para a contratação pela diretoria, foi autorizado pelo Conselho , via proposta orçamentária que a diretoria poderia fazer isso. Se a metodologia, Alexandre, está certa ou errada, é justa ou não, nós podemos discutir isso doravante. Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “ Certo. ” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “ Mas até então não houve, foi, deliberação do Conselho, por confiar, acredito eu na diretoria, pra que ele fizesse essas contratações.” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “ Perfeito. ” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “ Agora se nós, o Conselho, deliberar que a gente possa fazer um empréstimo, usemos a mesma metodologia, não vejo problema nenhum, porque as contas, o que foi contratado, foi pago, honrado e está sendo honrado e será honrado.” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “ Perfeito. E com relação, eu não vi nenhuma explicação aí, eu queria saber com relação às contas da OAB para com a Casag, estão em dias, como é que está essa questão, porque, foi dito também por nosso vice-presidente que há também empréstimos junto a Casag e já foi solucionado, eu gostaria de saber que forma que está, que foram solucionados esses empréstimos...” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “ “ Na verdade existem repasses institucionais, que só pra vocês que estavam, a maioria de vocês estavam aqui quando Fida veio aqui e prometeu um milhão e meio para que fizesse a reforma do CEL , fizéssemos outras despesas e o Fida não nos deu esse dinheiro, comeu da nossa comida, bebeu da nossa bebida, utilizou, foi no baile nosso, você entendeu, pra depois deixar a diretoria plantada aqui a tarde inteira pra no final dizer que não ia emprestar esse dinheiro. Não ia doar, era uma doação, esse dinheiro era, ia ser doado para a seccional goiana. Então eu achei um absurdo, eu não, toda a diretoria, achamos um absurdo que eles fizeram com a gente e falamos sim através dos nossos conselheiros federais, diretamente para o presidente do Conselho federal, que nós temos um compromisso com a advocacia goiana e se o Conselho federal não honrou o que foi prometido, os repasses para, principalmente para o Conselho Federal para o Fida, nós íamos

suspender até que fosse cumprido esse compromisso. Com a Caixa de Assistência, eu até conversei com o Júlio e temos sim, fizemos um pedido de antecipação de receita para pagar esses, é o repasse institucionais que estavam pendentes com a Caixa, e o Henrique saiu antes e nós não, ainda bem, contraímos esse empréstimo junto a Credijur, porque agora, acredito nesses próximos dias, Julio estava aqui, está o Israelton ai da Caixa, nós vamos honrar esses repasses agora com a receita advinda dos pagamentos das anuidades, porque se nós tivéssemos feito antecipação da receita, nos estaríamos pagando juro e graças a Deus foi uma coisa que teve um desconforto mas que foi melhor para a instituição, porque na verdade o dinheiro da Caixa, ele é dinheiro da OAB, então não é que se mistura, existe a independência, você sabe muito bem, você foi tesoureiro lá, você sabe muito bem que existe a independência administrativa e financeira, mas nós quando precisamos, socorremos mutuamente, então eu acho que essa preocupação, nós temos simplesmente é não deixar nenhuma das instituições, nem a Caixa, nem a Seccional em dificuldades tendo dinheiro em caixa.” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “*Tá, um outro questionamento, esse valor que o Senhor falou ai com relação ao dinheiro que vem do Conselho Federal é o mesmo do FIDA ou são verbas distintas?*” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “*São verbas distintas.*” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “*Certo.*” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “*Verbas distintas.*” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “*Tá bom, eu gostaria que fosse me disponibilizado estes esclarecimentos via e-mail pra mim poder...*” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “*Já vai estar no site, porque ai a gente vai treinando entrar nele, lá no ícone amanhã, já deve estar lá e é só clicar e copiar e colar ou a forma que melhor, pra ter acesso a esta apresentação e a documentação constante nela.*” Conselheiro Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques: “*Muito Obrigado.*” Conselheiro Manoel Leonilson Bezerra Rocha: “*Presidente Enil Henrique de Souza Filho...*” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “*Lorena*”. Secretário- Geral Júlio César Meireles: “*O Sr. é o próximo Dr. Manoel, está aqui na inscrição, eu colhi na ordem.*” Conselheira Lorena Barbosa Carneiro: “*Boa noite a todos, boa noite presidente, boa noite colegas de Conselho, desculpas se eu me excedi Dra. Carla, tá, pedindo que a senhora fosse mais concisa, vou tentar ser o mais concisa possível. Bom senhores, pra mim, Presidente está muito bem explicado, eu me recordava dessa aprovação do Conselho, autorizando o empréstimo, inclusive cheguei a colocar isso nas redes sociais e relembrar alguns colegas que tinha aprovado dessa forma. Não lembrava de todos os empréstimos, mas lembrava de um e fico feliz do Senhor trazer essa ata aqui, para confirmar a minha lembrança e que os conselheiros fiquem muito atentos a essa explanação para poder multiplicar isso aos nossos eleitores que nos cobram tanto. E os excessos às vezes acontece e peço minhas escusas por isso. Sou entusiasta mesmo dessa OAB, que tanto amo e aqui o que nos cabe é preservar a instituição. Isso que o nosso tentou fazer ao máximo e, publicar, às vezes as minúcias do que ocorre nos extratos, creio que não é a melhor opção Presidente. Me permita emitir opinião, porque tem algumas questões que são de discricionariedade da diretoria, da tesouraria e da presidência. Então, pensar bem essa questão e trazer para o Conselho apreciar posteriormente. Para mim está muito bem esclarecido, agradeço as explicações e foi salutar uma taxa de juro que não se encontra no mercado todo dia, foi maravilhoso ter construído tanto. Parabéns à gestão de toda a Diretoria, muito obrigada.*”

Conselheiro Manoel Leonilson Bezerra Rocha: *“Presidente boa noite. Caros colegas boa noite. Presidente eu quero fazer algumas considerações, não usarei o tempo que meus colegas que me antecederam usaram. Mas diante desse desgaste pelo qual nós estamos passando, e de maneira evidentemente injusta, porque quando eu transito pelo Fórum, veem me perguntar cadê o dinheiro, como se eu trabalhasse com o dinheiro aqui na instituição. É uma coisa absurda e vendo Vossa Excelência fazer essas justificativas, esses esclarecimentos, eu fico aqui me perguntando “porque nós precisamos passar por tudo isso e vendo que algo tão simples poderia ter sido feito antes”. Vejo que Vossa Senhoria fala de contratos bancários firmados ainda no ano de 2010 e evidentemente creio que já existiram contratos antes dessa data. Porque que tivemos que aguardar, que esperar, passar por esse constrangimento, para que Vossa Excelência como tesoureiro, ex-tesoureiro e agora presidente, venha perante ao Conselho dar a real valorização, credibilidade e prestígio ao Conselho, trazendo essas explicações. Esta Ordem já passou por constrangimentos anteriores, eu ainda não era conselheiro, esclareço que estou no meu primeiro mandato, mas esta Ordem já teve uma experiência muito desastrosa e essa experiência foi o que ensejou para passar por transformações, no caso do Exame de Ordem. Nós, a nossa luta, a nossa bandeira, como instituição e como advogados é justamente exigir dos órgãos públicos uma melhoria no atendimento à população, um esclarecimento, uma transparência, maior lisura na condução das suas atividades, nos colocando como vanguardistas pelos direitos e pela moral e, principalmente, pela moral, pelo princípio da moralidade pública. E nós precisamos passar por esse vexame, por esse constrangimento para se chegar em algo tão simples. Eu estou vendo que é algo que se pode fazer de um dia para o outro e era fácil apresentar para o Conselho. Então fica aqui a crítica que não precisamos passar por isto, nós temos uma boa estrutura, nós temos administradores probos, Vossa Excelência é um homem probo. Nós não precisamos passar, chegar aqui e explicar/ nós estamos sendo colocados como pessoas sob suspeitas. Então fica a crítica Senhor Presidente para que isso que Vossa Excelência está fazendo aqui seja uma praxe, seja algo inerente à nossa própria atividade e Vossa Excelência colocou, fez citação de alguns valores e disse que aqueles valores estavam sendo destinados à construção de tais obras e tais, referentes à subseção de Acreúna, Rio Verde e tal, tal, tal. Então eu peço e não sei se Vossa Excelência apenas resumiu, mas que na prestação de contas que seja disponibilizada na internet, tanto para nossos colegas inscritos quanto para qualquer um do público que tenha/ que queira ter acesso, que seja feita a citação dos valores correspondentes às respectivas obras, que não seja feita uma citação global. Valor de tantos mil referente a construção das obras tais e tais. Mas que esse valor seja especificado, especificando-se cada obra de cada subseção, a que se destina aquele valor. E aqui já fica também/ é mais uma pergunta Senhor Presidente, se nessas obras, nessas aquisições, nas reformas de melhoria, e até mesmo na aquisição de equipamento, se os advogados ou os Presidentes dessas subseções, eles acompanham esses gastos, se eles endossam, se eles tem acesso a essa planilha de gasto a esse orçamento e se não tem, eu faço a pergunta como um imaturo, porque estou começando a pouco tempo aqui no Conselho, se não tem, que se crie um mecanismo de se criar uma planilha de custo e dizer qual é a verba destinada aquela obra ou aquela aquisição daqueles materiais e que eles tenham, que seja disponibilizado, dirigido, encaminhado a essas subseções as respectivas notas ou fotocópias dessas notas para que eles*

também possam ter o controle, e que não venham depois Excelência, como alguns estão fazendo agora, dizer que não tem o conhecimento e também levantar dúvida sobre a diretoria e sobre os gastos e nós sabemos que estamos entrando no âmbito político, então muitas informes, muitas perfídias vieram e há de vir ainda mais. Mas, para evitar isso, eu sugiro, se já não existe, que Vossa Excelência trate dessa providência. Obrigado.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Perfeito. Você não demorou muito não ((risos)), eu até me confundi. Mas, deixa eu te dizer o seguinte, quando se vai, tudo se inicia com um pedido, seja ele para aquisição de equipamento, seja ele para construção de sede. Os presidentes de subseção, eles acompanham pare e passo, principalmente, no que se diz respeito à construção. Eles não se preocupam muito com gasto não, porque não são eles que estão efetuando os pagamentos, mas se preocupam com computador, com as fotocopiadoras, com o término da obra e eles fazem, e fazem o bem, eles fazem lá, eles são fiscais da Seccional junto à construção das obras, à manutenção dos equipamentos, fazem bem, isso a preocupação maior deles é na conclusão das obras, é no recebimento dos equipamentos, essa é a preocupação maior e não tenham dúvida, se necessário for, isso aí está disponibilizado, mas não sei se é do interesse deles, se solicitado, com certeza nós vamos fazer, não tenha dúvida disso. Deixa só eu ver um negócio aqui....ah, no início você estava dizendo sobre?”* Conselheiro Manoel Leonilson Bezerra Rocha: *“Eu fiz considerações, eu não fiz uma pergunta, mas eu falei do constrangimento que é desnecessário.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Ah tá, deixa só eu fazer um esclarecimento. Eu não sou a pessoa, eu não sou a pessoa, né, apta a fazer essa justificativa, porque não fui eu o responsável de todo esse transtorno junto à sociedade junto aos inscritos. Infelizmente, foi nosso Vice-Presidente que fez esses comentários, que levou essa informações, utilizadas pela mídia, não fui eu. Seria ele para fazer esse esclarecimento e responder o porquê do que foi feito e da forma como foi feita. A forma que eu acho correta, a forma como dever ser feita, acredito eu que é essa aqui que nós colocamos. E se antes não foi colocado, eu acho que a gente tem que virar essa página e pensar no amanhã. Se essa é a forma, como disse o Alexandre Magno, da gente usar a metodologia de trazer o pedido da diretoria para aprovação do Conselho, especificando como foi feito dos cinco milhões, eu acho que isso nós vamos fazer e devemos fazer, se for o entendimento do Conselho. Agora, toda essa situação que todos nós, não só nós do Conselho, mas toda a advocacia goiana, principalmente a advocacia goiana sofreu com essas informações passadas e noticiadas, infelizmente eu não posso responder para o Senhor. Eu posso dizer que a forma correta, que a realidade desses contratos e a forma como foram aplicados, foi essa que eu coloquei aqui. Essa eu respondo por elas, essa eu não tenho dúvida, quem quiser noticiar, principalmente os senhores, replicar, pegar cópia, eu não tenho restrição nenhuma a isso. Agora como foi colocado eu não posso responder, porque não fui eu que dei essas informações, ok?!”* Conselheiro Manoel Leonilson Bezerra Rocha: *“Presidente, faltou um item para ser respondido. É que eu tinha/ eu citei que Vossa Excelência/ aliás é uma pergunta que eu faço. Vossa Excelência citou de uma maneira global as subseções que teriam sido beneficiadas com alguns valores, que foram obtidos empréstimos, então eu sugiro se isso já não exista, talvez seja só uma forma de Vossa Excelência abreviar a explanação. É que nas prestações de contas sejam especificados, para cada subseção, para cada imóvel, para cada móvel, para cada computador, para cada*

equipamento adquirido, seja especificado os respectivos valores, né, para facilitar, até para que cada subseção, presidente dessa subseção ou advogado dessa subseção tenha o conhecimento de quanto foi gasto naquele local, para cada finalidade.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Se não es/ eu acredito que esteja dentro da prestação de contas, especificado qual foi, porque aqui foram esclarecimentos a respeito da destinação da verba dos financiamentos, mas na prestação de contas viu Dr. Manoel, eu acredito que está lá a aquisição no período de tantos computadores, quais foram os beneficiados, o montante e tal, eu acredito. E se não tem nós vamos fazer, ok?!”* Messias Márcio Pacheco Magalhães: *“Como presidente da Comissão de Orçamento e Contas, eu cheguei recentemente, não participei do dia quatro e desses comentários que circularam por aí, inclusive, na imprensa. Eu gostaria de dizer aos meus pares, primeiro esclarecimento, quando dizem que a OAB arrecadou vinte cinco, vinte e sete milhões, é bom que eles saibam que esse é o montante total e que só cinquenta e três por cento ficam aqui e do dinheiro que fica aqui, setenta por cento é para arcar com folhas de pagamento, o restante é custeio, esses investimentos são necessários para que possamos investir e principalmente no interior, esse é o primeiro esclarecimento. O segundo esclarecimento é que o empréstimo questionado e contraído em dois mil e doze, este Conselho aprovou as contas em dois mil e treze e todos os gastos com obras, com investimentos, com custeio, eles estão expostos na prestação de contas, não detalhadamente, cada lançamento porque é humanamente impossível, mas toda a documentação está à disposição da Comissão e é analisada. Então nós sabemos que para construir uma obra se faz uma coleta de preço, se faz um contrato, e é executada essas obras e agora nós temos um pouco de liberalidade, mas nós acompanhamos essas despesas. O empréstimo contraído em dois mil e treze foi aprovado aqui em dois mil e quatorze. Então essa celeuma de que ninguém sabia isso está inserido no nosso balanço, nas nossas prestações de conta. Eu fiquei surpreso, surpreso inclusive com o pedido de colegas, já conversei com eles, a respeito de questionamentos de querer ver documentos, o que deixa a minha comissão sem função. Eu me senti questionado, quero dizer para o senhor. E quero dizer que nós da comissão, o Dalto, o Dr. Antônio e eu estamos à disposição de qualquer colega para esclarecer qualquer dívida a respeito dessas contas.”* Conselheiro Cleuber Cardoso: *“Só quero um esclarecimento do Márcio. Márcio você afirmou que setenta por cento do nosso orçamento é pessoal e trinta por cento é custeio, não temos capacidade de investimento?”* Conselheiro Márcio Pacheco Magalhães: *“Por exemplo, o orçamento de dois mil e quinze existe nele estabelecido o montante de dois milhões e duzentos para investimento, todo o orçamento tem lá um quantitativo para investimento.”* Conselheiro Cleuber Cardoso: *“Então nós temos dez por cento para investimento?”* Conselheiro Márcio Pacheco Magalhães: *“Eu não sei se são dez por cento.”* Conselheiro Cleuber Cardoso: *“No orçamento de vinte e nove, dois milhões e pouco.”* Conselheiro Márcio Pacheco Magalhães: *“Vinte e nove, mas dos vinte e nove, ficam aqui, dezesseis, dezessete milhões, agora é importante que as pessoas saibam que cada fórum que se abre, cada sala que se abre fora, cada subseção que é construída, aumenta nossas despesas. Conselheiro Cleuber Cardoso: “Todo investimento aumenta custeio. Natureza do serviço público.” Conselheiro Márcio Pacheco Magalhães: “Além do pessoal, é feito um repasse mensal, o Enil sabe mais do que eu, de acordo com a necessidade de cada subseção, para pagamento de água, de luz, de telefone, de custeio. Então, nós temos uma despesa muito*

grande, para manutenção da Ordem. Então todo esse dinheiro em momento algum, em momento algum eu tive dúvida a respeito desses empréstimos. Eu acho que dever hoje dever, nós estamos devendo cinco milhões, cinco milhões e pouco, isso não significa nada perante a nossa capacitação para executar esses pagamentos. Até porque isso é a longo prazo.”

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Obrigado Márcio.”* Conselheiro Paulo César Reis Vieira: *“Senhor Presidente precisava divulgar o valor desses imóveis e a tranquilidade que trouxe esses imóveis para a advocacia.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“É eu disse aqui Dr. Paulo César que nós temos uma avaliação bem por baixo de todos os imóveis da OAB-GO, que gira em torno de cem milhões de reais. Jogando por baixo.”* Conselheiro Paulo César Reis Vieira: *“Isso tem que ser divulgado para saber quem somos nós.”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Tudo bem. Por isso estou trazendo para nós agora para podermos ter uma ideia do nosso imobilizado.”* Conselheiro Marcelo Feitosa de Paula Dias: *“Boa noite senhores Conselheiros. Na semana passada até hoje parece-me que é inequívoco o sentimento de que efetivamente passamos por uma crise institucional perante a imprensa, perante a sociedade. Não venho aqui senhor Presidente para fazer nenhum questionamento, muito pelo contrário, pela confiança que tenho em Vossa Excelência, pela confiança que tenho na maturidade aqui dos nossos colegas, mas, venho para dar coro a alguns pronunciamentos que aqui foram feitos, como do conselheiro Alex Neder, que tem toda razão em relação a publicação de todos os dados inerentes a nossas contas, às nossas despesas e nossos orçamentos. Como advogado e como conselheiro dessa Ordem sinto-me às vezes envergonhado de ter que dar explicações de números que às vezes nós não conseguimos efetivamente entender todos os desdobramentos. Conselheiro Márcio Pacheco também faz um pronunciamento interessante ao qual lhe dou toda a razão, mas a minha preocupação não é só em relação que foi apontado aqui pelo Vice-Presidente Sebastião Macalé, os treze milhões de dívidas. A minha preocupação é mostrar o trabalho que fazemos aqui todos os dias, todas as sessões e dar imagem que esta instituição tem que ter perante à sociedade e perante à advocacia, por isso, sugiro a Vossa Excelência que nós não temos medo de nada aqui, muito pelo contrário, aqui não tem segredo, que Vossa Excelência transmita uma newsletter com todos esses dados para que cada advogado e para que cada advogado de Goiás saiba como funciona as nossas despesas e os nossos gastos. É essa a sugestão que eu tenho para Vossa Excelência.”* ((aplausos))

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eu vou avaliar Dr. Marcelo, porque isso tem custo, eu vou avaliar se isso às vezes a gente consegue...mas eu quero acrescentar à sua fala só mais uma questão...”* Conselheiro André Luiz Ignácio de Almeida: *“o Senhor não é mais tesoureiro, pode parar de falar de custos ((risos)).”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Mas por enquanto ainda sou né, estou acumulando cargo aqui. Mas só para acrescentar ao que Vossa Excelência disse, que fique bem claro...né, que fique bem claro para a sociedade e para aos nossos colegas inscritos que nenhum de nós, nem a diretoria, nem o conselho, nem presidentes de comissões, membros de comissões, presidentes de subseções, diretoria de subseções, ninguém, ninguém recebe um centavo da instituição para esta aqui e fazer o trabalho que é desenvolvido. Viemos todos em nossos carros, gastando combustível, às vezes almoçamos aqui em restaurantes na cidade ao invés de ir em casa, para retornar rapidamente e continuar executando um trabalho não foi terminado. Então que isso fique bem claro. Para as pessoas entenderem que muitas pessoas,*

eu tenho certeza que perguntaram para vocês quanto a gente ganha na Ordem e nós não ganhamos nem um centavo para fazer esse trabalho que temos a fazer. Às vezes a gente chega cinco horas da tarde e saímos onze e meia da noite, né. E fora o trabalho de comissões, que a maioria de vocês são integrantes de comissões que trabalham a tarde inteira e tiram no mínimo oito horas por semana para dedicar a Ordem, então é só para acrescentar na sua fala.” Conselheiro Marcelo Feitosa de Paula Dias: *“Senhor Presidente se permite um adendo, ousar um pouco divergir de Vossa Excelência em relação aos custos da newsletter. Eu entendo que a casa tem a situação completa para fazer isso e não perderíamos nada perto do prejuízo que nós temos hoje perante a sociedade. Aí fica o registro.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eu entendo e acho que a gente tem que, como diz lá no interior, tomar um banho de erva de são João para curar mais rápido as cicatrizes né.”* Conselheiro Manoel Leonilson Bezerra Rocha: *“Só para fazer uma referência que o Dr. Marcelo citou, sobre essa questão de informar por e-mail, newsletter, é Vossa Excelência é meu irmão em maçonaria e aqui nós temos outros irmãos maços e nós sabemos que lá na loja nós recebemos mensalmente uma planilha com todo o ativo e passivo da nossa loja. Eu creio que não seria tão difícil assim.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Deixa eu dizer para os senhores o seguinte...só um minutinho para a gente dar uma sistematizada aqui. Nós temos quantos inscritos ainda Julio?”* Secretário-Geral Julio Cesar Meirelles: *“Seis inscritos.”* Conselheiro Márcio Pacheco Magalhães: *“Senhor Presidente só um esclarecimento, para os colegas saberem da impossibilidade de se fazer todos os lançamentos de despesas. Quantos lançamentos a CASAG faz por mês? Será que eles tem noção?”* Mais de quarenta mil lançamentos. *A Ordem não chega a esse número, mas é em torno de dez mil. E é humanamente impossível você fazer uma coisa detalhada e colocar isso no site. Eu não entendo, eu vejo que não há a menor possibilidade.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eu acho que isso pode ser no momento oportuno trazer o pessoal de TI para poder fazer uma explanação para o Conselho. E a gente ver a melhor forma possível para que chega até os nossos inscritos essas informações. Tudo bem sobre esse assunto? Eu queria encarecer dos amigos, companheiros que temos seis inscritos, né e ainda temos uma pauta administrativa e ética pela frente e uma eleição, então, não que eu não tenha nenhum problema em responder pelas perguntas e tolher o direito de pergunta de ninguém em fazer as perguntas. Mas eu queria encarecer dos colegas que a gente pudesse sistematizar isso aí para a gente ganhar tempo e tentar fazer cumprir a nossa pauta, tudo bem? Quem é o próximo? Dr. Paulo Luzzi.”* Conselheiro Antônio Paulo Luzzi: *“Presidente, a maneira como enxergo essa situação toda, ela me leva a fazer duas colocações apenas. Primeiro que a OAB tem uma administração profissional porque ela precisa de uma administração profissional ou profissionalizada, ou seja, alguém que compreenda como se conduz a administração da OAB. A outra questão que quero colocar a divulgação também tem que ser profissional, também tem que se adequar dentro dos limites da lei e ela precisa ser responsável. O Dr. Márcio coloca cento e tantos mil lançamentos só da CASAG...cinquenta mil lançamentos mês. Então nós temos aí uma previsão legal de que se pode publicar balancetes, não tem problema nenhum e que estes balancetes venham acompanhados de todas as notas explicativas do próprio administrador responsável por esse balancete. Me parece que isso é o suficiente. Caso o conselho ou alguém tenha qualquer dúvida, corretíssimo colocar à disposição de*

quem quiser a consulta desses documentos. Então esses limites de divulgação, eles esbarram numa situação, qualquer divulgação parcial de contratos isolados do conjunto da informação leva a interpretações erradas como nós já estamos enfrentando. Então toda essa confusão que se gerou de comunicação é porque ela não foi feita no total, pelo global de uma análise completa. Então vamos trabalhar de uma forma legal, trabalhar com balancete, é minha sugestão. Vamos trabalhar com as notas explicativas que o administrador vai fazer. Caso o Conselho entenda que essas notas são insuficientes que ele reclame disso ao administrador e isso não se há limites de se divulgar. Essa é minha forma de ver a problemática que está sendo colocada aqui.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Não, não há problema nenhum Dr. Luzzi, acho até interessante o que você colocou e o que nós temos a previsão institucional é que os balancetes são colocados não mensalmente, mas trimestralmente, quadrimestralmente. Então não tem problema nenhum da gente pegar esses balancetes e colocar naquele ícone da OAB TRANSPARÊNCIA para que possa ser avaliado por qualquer uma pessoa que tiver disposição, tiver interesse, curiosidade de acessar e ver ali os lançamentos e isso como eu disse, quando tiver um boneco já desse, portal ou desse ícone, a gente trazer para uma sessão institucional para que seja avaliado e colocar sugestões, colocar aquilo para incrementar para que melhor possa ter acesso e compreensão dos dados, receitas e despesas da Ordem.”* Conselheiro Antônio Paulo Luzzi: *“Só para concluir presidente. A forma como está sendo colocado eu não concordo que seja divulgado somente dessa maneira aqui, dessa maneira aqui ela poderá gerar informações incompletas. Para nós diante do problema que estamos vivendo aqui dentro do Conselho, da forma como enxergo isso, isso é insuficiente e está absolutamente claro, mas isso não dá uma visão global, por exemplo, das parcelas parciais que são retidas aqui ou que mandado ao Conselho Federal, aquilo que tem de custo, aquilo que é mandado para as subseções, aquilo que sobra aqui para poder administrar. Outra situação presidente, temos compromisso que vence em dois mil e dezessete, se nós temos vinte e nove milhões previstos para a receita, nós não temos que pagar esse ano aquilo que vai vencer o ano que vem, dois mil e dezesseis, dois mil e dezessete. Então estaria previsto dentro da programação dos próximos anos. Então se essas informações não forem interpretadas com clareza, como um balancete pode mostrar, elas levam a interpretações e multiplicação de informações erradas e não é isso que se deve fazer. Então essa divulgação também é irresponsável de tal maneira que ela chegue a quem vai ler essa informação de maneira completa. Seria nesse sentido. Outra coisa, a oportunidade da administração não conhecida exatamente com o momento em que vai ter a receita, então, o equilíbrio do orçamento ele também pressupõe a possibilidade de captação de recursos, isso é coisa de responsabilidade, então o fato de ter havido a captação de dinheiro, que aliás, bem capitado, não se deve levar aqui que isso foi um ato irresponsável, de modo nenhum, isso é coisa profissional, coisa que deve ser levada em conta pelo administrador, essa é a visão como enxergo a situação da OAB.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Mas é essa mesmo. Todas essas contratações eu repito, foram criteriosamente estudadas, avaliadas, pesadas. Hoje nós tivemos ações que foram feitas dentro dos departamentos que nos trouxe uma economia de quase trezentos mil reais, que esse valor, ele honra todas as parcelas, o somatório das parcelas, que nós pagamos por mês. Então, o que acontece, são ações que nós fazemos que nos garante tranquilidade de utilizar recurso próprio na reforma de sedes, na*

construção de sedes, na compra de computadores. Então é essa ação de gestão é que nos facilita e que nos dá essa gordura. É que às vezes é...um auditor uma vez me disse 'olha eu não sei como vocês fazem' e eu falei 'olha isso aqui é a mesma coisa daquele cobertor sapeca negrinho, que você cobre a cabeça e descobre o pé, cobre o pé e descobre a cabeça, então a gente tem que controlar para que nenhum dos dois, nem o pé, nem a cabeça fique descoberto por muito tempo'. Então são essas ações, nós trabalhamos com ações para poder fazer com que nosso dinheiro renda para atender a nossa advocacia.” Conselheiro Jerônimo José Batista: *“Presidente, caros colegas conselheiros e conselheiras, o que eu tenho a dizer aqui para o conselho que nesses últimos dias eu tenho perdido algumas horas de sono, estou com mais de sessenta anos de idade, tenho alguns problemas de saúde e não estou ainda em condições de ter uma certa preocupação que me faça eu ter que buscar um tratamento médico, então, eu queria dizer aqui aos meus colegas conselheiros, ao presidente e à diretoria, que essa situação Senhor Presidente, quando nós temos aí um colega presidente em exercício informando um valor, uma dívida de treze milhões e qualquer coisa, e logo em seguida, vem-se uma informação da própria diretoria que esse valor é bem menor, é natural a dívida que ocorre entre os colegas e a sociedade e quem é que é cobrado na rua, nos fóruns, são nós os colegas conselheiros que temos que responder como diz um colega aqui agora mesmo, uma coisa que ainda não está muito por dentro, assim, eu dou minha mão à palmatoria, eu nunca procurei me inteirar detalhadamente da situação financeira da OAB, eu fui pego de surpresa senhor presidente, eu confesso. Diante desse quadro, eu tenho a dizer que nós precisamos esclarecer ao máximo que puder e ainda sim vamos ficar devendo muitas informações, muitos detalhes, vamos ficar devendo muitas explicações à sociedade, aos colegas que estão aí fora. Só para se ter ideia presidente, tem uma colega que não vou dizer o nome, conselheira, me queixou hoje que quando chega nos corredores da justiça ela procura ir para a sala de audiência para não ter que se submeter à algumas perguntas de colegas sobre essa questão financeira da Ordem. E aí nós temos essa tarefa até novembro para tentar restabelecer essa questão. Eu tenho certeza senhor presidente que as coisas, a finança, os números, os papéis, estão em ordem, mas faltou a nós mesmo se inteirar melhor, para que quando acontecesse um impasse como esse que é lamentável, nós tivéssemos instrumento de informação na hora e eu francamente eu não os tenho. Eu fiquei...tenho notícia de alguns números, nos últimos dias e para evitar esse negócio de que qual seria marido traído para saber de última hora, inclusive, em relação aos meus colegas, aos quais nos votaram para chegar até aqui, eu queria ratificar aqui é a opinião do colega Luzzi, que ele diz que nós temos que ter esse balancete, mais detalhado para os conselheiros que é o termômetro desta casa. Esse portal está muito legal, está muito bonito, mas para nós aqui da Casa, nós precisamos de detalhes, nós precisamos de esclarecimentos melhor. Aí eu não sei é possível, hoje estamos aí escolhendo nosso futuro tesoureiro ou tesoureira, se é possível passar para os conselheiros, se não for muito difícil, um boletim informativo, desses detalhes que estão acontecendo na Ordem. Olha esse mês nós faturamos quatro milhões, gastamos três milhões, olha nós estamos comprando uma sede em tal lugar, essas informações que são necessárias para repassar aos nossos colegas no dia a dia no foro e isso se pudesse colocar aí senhor presidente, como uma das metas para melhor visualizar e melhor transparência as questões da finança da OAB, seria essa minha sugestão.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho:

“Em relação a isso eu queria deixar bem claro, às vezes as sugestões são excelentes, igual a sugestão que o senhor acabou de dizer, mas eu falei num momento de que esse Portal que nós colocamos e explicamos hoje aqui ele vai estar sendo desenvolvido porque as informações já estão prontas para serem....para virem para o portal. O problema é que precisamos de um sistema que possa ser compatível com as informações que nós vamos colocar. Por isso que nós estamos encarecendo ao colega um pouco mais de paciência e que quando o TI terminar o nosso departamento de informática, terminar de fazer um sistema, criar o boneco, nós vamos trazer aqui para sugestões igual a do Sr. possa ser colocada dentro desse sistema. Eu acho que é unânime aqui a intenção de todos nós trazer ao máximo de transparência da OAB para nossos inscritos. Eu acho que isso aqui é uma unanimidade, mas para isso nós temos que trabalhar com sistema de informática e é uma situação, eu particularmente não entendo bem, mas o que eles me transmitem é que precisa de um tempo para preparar esse ambiente para que as informações que nós queremos possam ser adequadas nesse sistema. Quanto a isso não tenha dúvida Dr. Jerônimo, porque a intenção desse Presidente é que o Conselho, esse Conselho que está aqui reunido dê um voto de confiança para esse Presidente, para que ele faça uma diretoria voltada para a gestão, voltada para a gestão, eu não posso mudar o foco da minha missão, que é voltada para a gestão. Eu tenho dez meses para cumprir compromissos e dentro de um cronograma pré-estabelecido, não posso mudar o foco, não posso ter a preocupação outra que não seja isso. E dentro dessa gestão está a questão do portal, dentro dessa gestão está a questão dos compromissos, prioridades, que nós com a diretoria coesa vamos fazer acontecer. Uma diretoria que não tem outro pensamento a não ser a de gestão e de honrar os compromissos que nós já fizemos. Então dentro desses outros está a questão do portal.” Conselheiro Flávio Cardoso: *“Senhor Presidente eu tenho essa semana esclarecido pelos corredores aonde eu ando, nos fóruns aos colegas que tem me ligado, sobre a situação da OAB. Que ventila no nosso meio é que estamos vivendo um momento de crise institucional, de má gestão dos recursos e que isso resultou na divisão nossa. Entretanto, eu penso que esses fatos da forma que foram colocados na sociedade realmente aparentam uma certa desorganização, mas, isso se deve a forma que foi colocada, eu penso que nós devemos dar uma resposta a instituição, colocando o conjunto da nossa prestação de contas, não só dos empréstimos, do nosso capital imobilizado, das nossas despesas correntes, despesas, investimentos, dos nossos empréstimos, porque ficou parecendo que a gestão, o que nos é mais caro, que sempre foi feito e dito que a OAB sempre geriu bem seus recursos. Isso maculou não só a instituição, maculou também a nossa gestão e a todos nós. Então eu penso que devemos dar uma resposta clara, qual que o nosso caixa, nossa arrecadação, qual que é nossa despesa corrente, qual que é nossa despesa com pessoal, quais serão nossos investimentos daqui para frente, qual que é nossa capacidade de endividamento e pagamento de nossas dívidas. Eu tenho certeza senhor presidente que o conjunto de advogados do Estado de Goiás, nossos colegas aguardam essa resposta. Nós temos que efetivamente responder à altura, porque da forma como foi colocado para a imprensa é que nós estamos em endividamento profundo e com uma péssima gestão. Então, eu também quero parabeniza-lo por esta iniciativa de estar apresentando, entretanto, penso que para nós que estamos aqui é uma coisa, agora para quem está lá fora no interior do Estado de Goiás, mesmo aqui em Goiânia, nós deveríamos dar uma resposta completa da nossa situação*

financeira. Colocando de forma clara aos colegas que o trabalho está sendo desenvolvido, que é um trabalho sério e responsável. Que a nossa gestão é uma gestão séria e responsável, com orçamento, com recurso arrecadado. E mais senhor presidente, nós estamos vivendo no Brasil, num momento de resseção e crise e etc. Penso também que nós devemos fazer um plano de desenvolvimento sustentação da nossa instituição. Como foi apresentado nosso gasto com pessoal hoje é em torno de setenta por cento. Isso foi apresentado pelo Presidente da comissão.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eu posso corrigir esse percentual? Me permite. Esse percentual é de cinquenta por cento. Cinquenta por cento do número de aproximadamente quinhentos funcionários de toda a Seccional, inclusive, subseções.”* Conselheiro Flávio Cardoso: *“Pois é, porque o limite e setenta por cento, é um limite alto.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Vamos corrigir cinquenta por cento.”* Conselheiro Flávio Cardoso: *“Cinquenta por cento, para o senhor ver que temos que ter claras essas informações, o presidente da Comissão de Orçamento passou setenta por cento.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Por isso pedi para corrigir.”* Conselheiro Márcio Pacheco Magalhães: *“Isso tem uma variação de ano a ano.”* Conselheiro Flávio Cardoso: *“Pois é, estou dizendo que temos que ter isso de fácil acesso a todos os Conselheiros. Nós temos que ter isso bem claro. É o que foi dito aqui, olha quanto nós estamos arrecadando este mês, quanto é o nosso gasto com pessoal, quanto nós estamos gastando com a manutenção das salas, quanto nós estamos gastando com a manutenção do CEL, qual que é o nosso grau de investimento hoje. Eu tenho certeza senhor presidente que esta tempestade irá passar e nós vamos conseguir mostrar aos colegas a toda a nossa classe, à comunidade, à sociedade, que nossa gestão é transparente e nós temos a intenção, sobre tudo sempre elevar nossa categoria, elevar nossa classe e sobretudo nossa instituição. Meu muito obrigado.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eu não tenho dúvida viu Dr. Flávio, inclusive, vou repetir o que disse para os que lhe antecederam a respeito dessa questão da transparência, nós vamos fazer, vou repetir, isso que estamos colocando aqui é uma forma imediata para a gente dar uma resposta para que a gente possa ter algo que possa ser apresentado. Na realidade o que nós estamos preparando depende de sistema e antes de colocar isso no nosso link, no nosso site, vai ser trazido aqui para o Conselho, repito, para que o boneco seja avaliado e a gente possa fazer as sugestões de incremento para que a transparência na OAB seja a mais clara e cristalina e que não paire dúvidas, principalmente, para nossos inscritos.”* Conselheiro Flávio Cardoso: *“Senhor Presidente aqui, só para tirar uma dúvida. Eu estava de licença e foi aprovado a criação do nosso portal transparência e o portal transparência é um instrumento que dá assim mais detalhes éee...”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“É com base nele que estamos preparando o sistema e inseridas as informações que nós temos.”* Conselheiro Flávio Cardoso: *“A previsão para que ele entre no ar.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eles me falaram, o pessoal do TI me falou em quarenta e cinco dias”.* Conselheiro Flávio Cardoso: *“Quarenta e cinco dias. Obrigado.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Como eu disse, tem três programadores, viu Dr. Flávio, três programadores dando prioridade máxima para a conclusão desse sistema.”* Conselheiro Flávio Cardoso: *“Eu estou até acatando uma sugestão aqui senhor presidente, essa resposta à sociedade, à nossa classe, à nossa categoria, seja dada com a maior brevidade possível.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Ela está sendo dada hoje, acredito eu.”* Conselheiro Flávio

Cardoso: *“O que eu estou sugerindo Senhor Presidente é que façamos algo mais completo.”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Por exemplo?”*

Conselheiro Flávio Cardoso: *“Por exemplo, colocando todo o nosso gasto com pessoal, nosso gasto de investimento, nosso nível de endividamento, tudo completo.”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Seria muito fácil eu copiar todos os dados da prestação de contas e colocar aqui no site, mas isso que iria criar uma dificuldade, porque as pessoas não teriam como entender e interpretar isso.”*

Conselheiro Flávio Cardoso: *“Por isso penso numa nota, fazer uma nota e aprovar com os dados, com a contabilidade, qual nossa arrecadação, como está nosso endividamento, nosso pagamento, assim, estou dizendo porque sei que tem lá na prestação de contas. Estou dizendo que temos que dar uma resposta clara à sociedade, à nossa categoria, para que não reste dúvida de que está tendo má gerência dos recursos, etc. É uma sugestão que eu faço senhor presidente.”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Eu fiz uma resposta ao Dr. Paulo Cesar que colocou quase a mesma situação. Eu disse a ele que iríamos esperar a publicação que temos a imprensa aqui, eles eles vão fazer, devem noticiar alguma coisa dessa sessão. Nós vamos aguardar e aquilo que não for espelhada a realidade da nossa sessão, nós vamos sim corrigir, através de uma nota, através da imprensa.”*

Conselheiro Flávio Cardoso: *“Eu sei que é melhor falarmos por nós mesmos do que deixar a imprensa falar.”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Flávio, eu não sei o que vai sair, eu não sei por isso ad cautela, vamos aguardar e se for o caso, vamos publicar uma página inteira do nosso balanço, balançete, se for o caso nós vamos fazer isso. Agora, vamos procurar juntos fazer a coisa pra melhor ser entendido e interpretado pelas nossas contas. É só isso que eu estou te pedindo.”*

Conselheiro Flávio Cardoso: *“Pois não Senhor Presidente.”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Ficou claro?”*

Conselheiro Flávio Cardoso: *“Beleza, Obrigado.”*

Secretário-geral Júlio César Meirelles: *“Dr. Márcio Messias”.*

Conselheiro Márcio Messias: *“ Senhor Presidente, eu vou tentar ser breve, assim, o que me preocupa um pouco é esse zelo, o discurso de transparência. Eu acho que nem o Conselho Regional de Contabilidade tem essa transparência a qual estão pedindo aqui. E aí, inclusive vou citar aqui, inclusive meu amigo Alex Neder, quer que expõe os extratos bancários. Pra mim eu já dei de antemão, quero pedir a diretoria que não faça isso sem antes consultar o Conselho, porque tem marido aqui que não mostra o extrato bancário pra esposa, então eu, o Júlio eu sei que mostra, o Júlio mostra, eu sei, então assim, agora eu acho que a gente tem que ter um pouquinho de cautela, não é porque tá nesse... Secretário Júlio César Meirelles: *“O meu é ela que faz as contas viu Márcio.”**

Conselheiro Márcio Messias: *“Então eu acho que a gente tem que ter um pouquinho de cautela, também não é bem assim, deixar nos levar pelo ímpeto, porque pensando um pouco na Comissão de Direito Bancário, viu Presidente. Sr. Presidente e Diretoria, e nós também poderia estar praticando uma injuridicidade, porque expor extratos bancários no site, da forma que estão falando, vai me desculpar, mas isso daí é questão de sigilo bancário, então assim, tem que ter um pouquinho de precaução e então, essas decisões, vamos expor isso, expor aquilo, eu acho que o meu pedido Sr. presidente é que passe ad referendum pelo Conselho antes que seja feito.”*

Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“E nós vamos fazer isso.”*

Conselheiro Leonardo Bezerra Cunha: *“Sr. Presidente, só pela Ordem, eu até expliquei para o Dr. Alex Neder e ele entendeu tranquilamente, esse é um ponto pacífico, não tem nada a relatar sobre o caso de extratos bancários, isso daí é uma questão superada.”*

Presidente

Enil Henrique de Souza Filho: *“Ok, próximo.”* Secretário Júlio César Meirelles: *“Dr. Eliomar.”* Conselheiro Eliomar Pires Martins: *“O PC disse que é pra mim ser rápido e eu vou ser rápido. Presidente, na procuradoria da Câmara Municipal, eu fui cobrado como nunca sobre a notícia mediática das contas da OAB, no TRT, o Jerônimo, já disse que uma colega nossa chegava a esconder na audiência pra não ser cobrada. Participo de alguns grupos de whatsapp e felizmente eu entrei nisso, e essa repercussão ocorreu a nível nacional, inclusive, cobrança e o que eu tenho dito pra essas pessoas que cobram e com razão, pra me aguardar até essa sessão, que nessa sessão, o Conselho seria esclarecido e cobraria esclarecimentos. Diante dessas cobranças, eu acho que cada Conselheiro que tem os seus eleitores que devem obrigações a esses eleitores precisam repassar pra eles o que foi esclarecido aqui, independente do dano coletivo que precisa ser reparado, aí sim pela diretoria e como está sendo decidido aí, estrategicamente está sendo decidido pela diretoria, então eu sugiro Presidente, que esses informes que foi passado no telão não seja capturados pelo Conselho lá no site, e sim que cada um de nós recebamos como recebemos as pautas das sessões, inclusive, assinada a diretoria ou o presidente, enfim, e que aí nos dá liberdade pra prestar essa informação aos nossos eleitores, sobretudo nos grupos do whatsapp. Isso é o mínimo que nós devemos fazer com os nossos eleitores, uma outra questão presidente, outra pergunta que eu faria, é que essa prática vai ser uma resposta, vai ser um comportamento da sua gestão ou é apenas uma resposta a esse massacre mediático, que me parece o que disparou essa resposta foi esse massacre da mídia e nós sabemos o quanto ela é pesada. Então eu gostaria de saber se vai ser prática e lembro a primeira sessão que eu participei de aprovação das contas faltando quinze minutos pra encerrar a sessão, fora da pauta foi apresentada as contas naquela época eu implorei ao Presidente pra tirar de pauta, porque eu não tinha condições de votar aquelas contas. Então essa falha não pode se repetir, talvez esse massacre mediático tenha acordado pra que esse Conselho assumam a sua responsabilidade e acredito nessa transparência que Vossa excelência está implementando a partir de agora, seria isso presidente, gostaria de parabeniza-lo, a Vossa Excelência e a diretoria pelo comportamento, pela forma heroica com que está comportando”. Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Obrigado.”* Conselheiro Eliomar Pires Martins: *“E me sinto aliviado com essa forma, acredito com essa nova forma de gestão do Conselho, muito obrigado Presidente.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Primeiro, eu agradeço a sugestão, que essa pode ser até por liberalidade da diretoria e eu acredito que o Conselho não vai se furtar de aprovar essa solicitação sua Dr. Eliomar, eu acho que nós podemos sim para o Conselho e eu queria pedir ao Conselho, que se pra algum, o pessoal da imprensa me pediu também esse material, se o Conselho me autoria passar também da mesma forma que vai ser passado para os conselheiros, eu possa passar para aqueles profissionais da imprensa que reivindicaram esse material.”* Conselheiro Flávio Cardoso: *“Senhor Presidente, eu peço que essa questão desse material foi feita internamente, eu repito, eu acho que tem que lançar uma matéria, ou uma nota pra imprensa com todo o nosso balanço, a nossa capacidade de endividamento, mostrar que tem viabilidade, que não há nada de desvio, nada de irregular. Se pegarmos somente essa questão dos empréstimos e lançarmos na imprensa, porque a imprensa, lógico, ela não vai dizer o que o senhor disse aqui, mas assim, nós estamos devendo isso, vai ficar parecendo que estamos devendo...”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Dr. Flávio, o**

Senhor me permite uma parte” Conselheiro Flávio Cardoso: “Pois não.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “A imprensa já está aqui, ela ... Conselheiro Flávio Cardoso: “Não, eu estou dizendo, ou Alexandre eu sei que a imprensa está aqui e etc. O que eu penso é que nós devemos lançar uma nota completa da nossa situação financeira e mostrar não só esses empréstimos, as obras que nós estamos realizando, o gasto nosso com o pessoal, mostrando que a viabilidade econômica nossa até porque eu penso que é isso que os colegas estão aguardando aí fora.” Conselheiro Alexandre Prudente Marques: “ Dr. Flávio, essa não é a questão, isso aí que o Senhor está falando é, eu concordo tem que ser feito, agora nós apresentamos a presidência, a Ordem esta explicando ao Conselho a questão dos empréstimos com o material que esta ali, a imprensa vai publicar amanhã, o que o Presidente, é que nós podemos passar, ou o Senhor quer que a gente negue esse material para a imprensa?” Conselheiro Flávio Cardoso: “ Não, quero que passe esse material e mais material que tem completo, porque se não Alexandre, mostrou aqui a situação do empréstimo que nós temos e não colocou esse empréstimo foi tirado pra fazer isso, fazer aquilo outro, nosso custo é tanto, nosso gasto com o pessoal é tanto, porque se pegar só isso isoladamente , não sei como é que vai ser trabalhado, porque nós não sabemos se a imprensa vai estar lá, isso isoladamente, quer dizer, mas muitos vão dizer, porque essa dívida toda, etc, esse empréstimo desse tamanho, desse vulto, eu penso, eu jamais em tempo algum teria negado qualquer tipo de informação a imprensa, o que eu peço é que essa informação deve ser dada na sua inteireza, na sua impetude.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Por favor Senhores Conselheiros e conselheiras, só uma questão aqui de esclarecimentos nesse ponto. O que o Dr. Eliomar salve engano, ele solicitou foi, que a gente remetesse essas informações para o Conselho. Eu acho Dr. Flávio, que essa situação já está de poder da imprensa, as vezes o que aconteceu, o que eu quero evitar, que as vezes não fotografaram ou não filmaram alguma tela e que se a gente mandasse pra lá as telas incompletas que aí eles teriam a disponibilidade de tudo que foi passado para os conselheiros, pra que amanhã eles não possam dizer, a eu não vi essa tela, eu não prestei atenção nesse esclarecimento e esta outra solicitação nós já anteriormente na minha fala eu já justifiquei com Vossa Excelência.” Conselheiro Flávio Cardoso: “Pois não.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho : “Eu peço ao Conselho, podemos enviar essas telas assim como enviadas para os conselheiros, para também aqueles da imprensa que estavam aqui? Conselho: “Aprovado a unanimidade”. Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Ok. Obrigado.” Secretário Geral Júlio César Meirelles: “Dr. Haroldo”. Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “É o último inscrito pessoal.” Secretário Geral Júlio César Meirelles: “O último inscrito, Haroldo Filho, que é pai.” Conselheiro Haroldo Rosa Machado Filho: “Eu quero cumprimentar o Presidente Enil, secretario Julio, secretária Dra. Márcia, todos os conselheiros aqui presentes, todos os presidentes de subseções, advogados e até a imprensa mesmo que está aqui presente. O meu colega Alexandre falou, presidente não tem voto, mas temos voz no Conselho, né, os presidentes de subseções. É eu queria dizer, primeiro eu fui do Conselho passado, hoje sou presidente da subseção da cidade de Goiá, mas participei do Conselho passado e digo aqui, todo presidente que saiu, como o presidente que está sendo empossado agora, o Enil Henrique, tem a inteira confiança dos presidentes de subseções, tinham na minha época com os conselheiro, tanto que aprovamos o referendo para que fosse feito os empréstimos, nada

foi feito às escondidas. Se houve uma preocupação maior na época de eleição e é razoável que tenha sido feito dessa forma, é por causa do ano de eleição. Agora nós advogados, o Conselho é a ligação da advocacia com os advogados como fazem parte do conselho. Nós não podemos nos omitir, esconder e entrar numa sala de audiência, se temos alguém criticando e falando da Ordem, se nós temos pontos para defender, temos que defender sim. Eu estava em Mozarlândia, em um jantar, no almoço de confraternização sábado próximo passado e me que questionaram e nesse almoço havia sido marcado antes. Eu falei oh, dívida, eu ainda fiz uma conta bem rápida, cada subseção se tiver dez funcionários numa subseção, a minha que é pequena tem sete, se cada subseção tiver dez funcionários, são quatrocentos e setenta, tem a sede, tem a manutenção, a OAB hoje é uma das maiores empresas do Estado de Goiás. É lógico que não somos tratados como empresa, mas nós temos que ver que temos custo de manutenção. Agora nós conselheiros, pelo menos na minha época, acredito que vocês agora confiam na diretoria, inclusive no atual, no Enil, com todos os diretores que aí estão. E acredito sim na honestidade e no trato da verba da Ordem. Até porque todas as nossas obras são as mais baratas em custo, nós presidentes de subseções somos fiscais, lá na ponta de toda obra que é feita. Então, nós aprovamos as contas, nós analisamos as contas. ‘Ah, mas cheguei na hora e não estava apto’, mas estava colocado para ser analisado antes de vir votar. Então acredito que nós não podemos nos furtar de defender a Ordem no que é necessário e esse é um ponto necessário, que os empréstimos feitos foram trazidos sim ao Conselho, os conselheiros aprovaram e mais, com grande vantagem a Ordem, você Presidente, Vossa Excelência foi muito feliz quando exaltou o o que nós gastamos o empréstimo de três milhões, que hoje deve o quê? Cinco, seis?” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: “Um total de cinco e trezentos.” Presidente da subseção de Goiás: “Cinco milhões e trezentos mil reais que nós devemos, com uma arrecadação que paga que tem condição de suportar isso e mais, as obras construídas hoje superam e muito e muito mesmo o que foi tomado de empréstimo e muito muito mais do que resta pagar. Então esse é um ponto que nós advogados não podemos deixar de considerar. Toda a diretoria tem a credibilidade do conselho, acredito, tinha do nosso anterior e tem dos presidentes de subseções também. E cabe também aos presidentes de subseções ter uma ligação da ordem na regional trazer esses pontos aos colegas, tem aqui o Luzzi que foi presidente, Flávio Buonaduce que foi conselheiro e diretor na gestão passada, tem aqui o Marco Aurélio que veio lá de Formosa para acompanhar esse esclarecimento que para nós é importante. Nós vamos levar isso lá na ponta. Eu já fazia porque tenho vinte e dois anos de luta classista, eu estou no oitavo mandato, seis como presidente, dois como conselheiro e luto para que nossa Ordem seja cada vez mais respeitada. E é isso que estamos lutando hoje, para demonstrar que se houve uma leviandade um pouco na demonstração, na forma de trazer essa dívida, nós temos a função e o dever de esclarecer e nunca dizer que a imprensa está sendo tendenciosa. A imprensa está divulgando o que foi levado a ela. O que foi levado a ela e a função da imprensa fazer isso. Agora cabe a nós esclarecer e a imprensa e os repórteres vão apurar, vão verificar. Agora, é nossa função, a função da imprensa é importante até porque presidente quando Vossa Excelência falou de todas as providências tomadas foi excelente, o que foi divulgado, o que foi feito para que nós acordemos e vamos, oh, vamos melhorar, vamos mostrar. O portal da transparência já foi aprovado, foi aprovado antes disso tudo, desde o ano passado. Agora não

podemos fazer nada no afogadilho, trazer, jogar coisa lá, quarenta e cinco dias que nossos técnicos pediram, esperem os quarenta e cinco, vamos fazer uma coisa correta, uma coisa justa, uma coisa com consciência, né. Não vamos fazer nada com afogadilhos. Quero dizer presidente que o Senhor tem a credibilidade de todos os presidentes de subseções, pelo menos os que eu tenho contado, não vou falar aqui pelos quarenta e sete, mas por um grande número aí que a gente tem contato. A diretoria tem credibilidade, sabemos da honestidade e da preocupação com o patrimônio da Ordem. É esse é um pronunciamento que faço como presidente e como ex-conselheiro que participou de aprovação de alguns desses empréstimos. Eu quero agradecer a oportunidade, dizer que não estou intruso na minha fala, estou falando porque nós presidentes de fato temos voz aqui no conselho. Eu agradeço. Agradeço a atenção dos conselheiros e dizer nós advogados temos a função, nós líderes classistas temos a função e a obrigação de levar esse esclarecimento um a um de nós a pessoas que sejam eleitor nosso ou que não seja, isso não importa, ao advogado que está lá na ponta, que tem menos acesso ou menos conhecimento a tudo que passa aqui dentro. Muito obrigado.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Senhores eu agradeço a todos, eu espero que essa apresentação tenha sido esclarecedora aos senhores, que possam fazer a defesa da nossa querida instituição, que não levando em conta os motivos que fizeram o nosso vice-presidente a colocar toda essa situação, essa exposição errônea, para a sociedade, para nossos inscritos. Quero dizer para os senhores, por favor senhores, eu quero dizer para os senhores e na fala do Dr. Haroldo, viu Haroldinho, meu querido Haroldinho, eu quero dizer que o meu compromisso, viu Haroldo, onde peço o voto de confiança para esse conselho é que me dê o voto de confiança, para que eu possa fazer, montar uma diretoria que tenha essa missão, que componha comigo a missão de gestão, não podemos tirar o foco da gestão, não podemos ter outra situação dentro da diretoria que não seja desse objetivo de gestão. Então eu encareço a todos os conselheiros e conselheiras que me deem esse voto de confiança, independente....deixa só eu concluir aí....segundo Henrique Tibúrcio não pode ser apartado o presidente...eu te dou a palavra. Então é isso Haroldinho que preciso, porque o tempo é exíguo não temos muito tempo para fazer as coisas acontecerem, a não ser se não tivermos a diretoria voltada cem por cento para essa intenção, voltados para que possamos corrigir algumas falhas que possam ter acontecido, dividir com o conselho todas essas responsabilidades e ter o conselho ciente e disposto a falar bem da nossa instituição, se ela estiver bem, e se ela estiver mal, aqui nesse local, é local correto da gente corrigir essas falhas. Então, assim termino a minha fala senhores. O meu celular para aqueles que não tem meu celular, por favor anote é meia dois noventa e um onze trinta dez. As portas estão abertas, mas acho que é só por uma questão de didática, né. E eu estou disposto a tirar qualquer dúvida que paira sobre isso, a qualquer momento, que eu possa ser procurado. Haroldinho, meu querido Haroldinho, por favor.”* Presidente da Subseção de Goiás Haroldo José Rosa Machado Filho: *“Presidente eu queria desligar o que eu falei da nossa política interna classista tá. Desligar totalmente. Com relação a eleição da diretoria que vai ocorrer hoje, provavelmente amanhã a notícia que tivermos, eu acho que todos aqui estão aptos a te ajudarem no conselho. Eu acho que todos que estão aqui, inclusive, quem já foi da diretoria, quem está no conselho, quem queira candidatar, qualquer um conselheiro apto, está pronto para te ajudar na sua administração. Eu acho que todos nós aqui, eu falo nós, mas todos os*

conselheiros estão aptos a participarem aí dessa escolha.” Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Não tenha dúvida disso.”* Presidente da Subseção de Goiás Haroldo José Rosa Machado Filho: *“Eu reafirmo aqui a confiança na nossa diretoria, no presidente Enil, no presidente Henrique que saiu, toda a diretoria, essa, as anteriores, porque nós acompanhamos e sabemos da hombridade, da honestidade. Mas a política classista não envolve com tudo isso que falei.”* Presidente Enil Henrique de Souza Filho: *“Tudo bem, está ok. Eu quero só dizer para você e repito, né, que a intenção minha não...eu não posso fugir do foco, eu não posso estar pensando em outra situação que não seja esta gestão, tanto é que não sou candidato a reeleição, tá. A minha missão aqui é só de gestão, então por isso eu encareço ao senhores que pensem muito nisso, na condução da próxima etapa agora que é a eleição. Agora se vocês me dão licença eu vou sair cinco minutinhos. O Julio vai conduzir o início, já coma ritualística de iniciar a sessão. Muito obrigada a todos, que Deus abençoe e nos ilumine.”* Finalizada a explanação feita pelo Presidente Enil Henrique de Souza Filho e as discussões sobre o assunto, o Secretário-Geral assumiu a presidência e submeteu ao referendo do Conselho a ata da sessão realizada no dia 04/02/2015. À unanimidade, referida ata foi aprovada sem retificações. Em seguida, o Presidente em exercício, Julio Cesar Meirelles, abriu as inscrições aos Conselheiros interessados a concorrerem ao cargo de tesoureiro, pelo prazo de quinze minutos, conforme consta da Resolução nº 03/2015-DIR. Dando prosseguimento, o Presidente em exercício, Julio Cesar Meirelles, declarou encerrado o prazo para apresentação dos registros de candidaturas e informou os nomes dos candidatos, quais sejam: Flávio Buonaduce Borges e Márcia Queiroz Nascimento. Ato contínuo, o Sr. Presidente em exercício, Julio César Meirelles, conforme dispõe o §2º, do artigo 7º, da Resolução 03/2015-DIR, fez o registro das presenças dos seguintes Conselheiros: Adriano Gustavo de Oliveira Silva, Afrânio Cotrim Virgens Júnior, Alex Araújo Neder, Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques, Alexandre Prudente Marques, Alexandre Ramos Caiado, Alyne Cristine Lopes, André Luiz Ignácio de Almeida, Antônio Carlos Monteio da Silva, Antônio Paulo Luzzi, Antônio Pereira de Santana, Arlete Mesquita, Carla Sahium Traboulsi, Carlos Martins de Oliveira, Chyntia Aquino da Costa Barcellos Milazzo, Cleuber Cardoso, Dyogo Crosara, Eliomar Pires Martins, Enil Henrique de Souza Neto, Flávio Buonaduce Borges, Flávio Cardoso, Geraldo Augusto Mateus, Haroldo José Rosa Machado Neto, Iron Amadeu Camilo de Vasconcelos Naves, Jerônimo José Batista, Jorge Jungmann Neto, José Divino Moraes, Leonardo Bezerra Cunha, Lorena Barbosa Carneiro, Lúcio Bernardes Roquette, Ludmila de Castro Torres, Luis Gustavo Nicoli, Manoel Leonilson Bezerra Rocha, Marcelo Feitosa de Paula Dias, Márcio Messias Cunha, Márcio Pacheco Magalhães, Mário Ibrahim do Prado, Marizélia Ferreira Xavier Gomes, Mauracy Andrade de Freitas, Mônica Araújo Moura, Monimar Leão Alves, Nilton Cardoso das Neves, Otávio Alves Forte, Patrícia Miranda de Centeno, Paulo César Reis Vieira, Rafael Martins Cortez, Renato Souza de Faria, Samuel Junio Pereira, Valéria Jaime Pelá Lopes Peixoto, Vitor Hugo Albino Pelles, Werley Carlos de Souza, Julio Cesar Meirelles, Márcia Queiroz Nascimento, Enil Henrique de Souza Filho. Encerrada a chamada dos Conselheiros, o Presidente em exercício, Julio Cesar Meirelles, destacou que não serão admitidos, em hipótese alguma, a participação e o direito a voto por parte do Conselheiro que chegar atrasado. Após, o Presidente em exercício, Julio César Meirelles devolveu a presidência ao Dr. Enil Henrique de Souza Filho, que

oportunamente, registrou que os candidatos preenchem os requisitos de elegibilidade, conforme certidões expedidas pela Secretaria Executiva. Ato contínuo, informou que o colégio eleitoral é formado de 54 (cinquenta e quatro) votantes. Dando seguimento, o Sr. Presidente declarou aberto prazo para impugnação dos candidatos. Registra-se que não houve qualquer manifestação de impugnação das candidaturas. Em seguida, o Sr. Presidente declarou que as inscrições foram deferidas. Empós, os candidatos Flávio Buonaduce Borges e Márcia Queiroz Nascimento fizeram uso da palavra para defenderem sua candidatura, pelo prazo de 15 (quinze) minutos cada. Encerrada as manifestações dos candidatos, deu-se início à eleição, que foi realizada através de cédula de votação convencional (papel). Concluída a votação, o Sr. Presidente nomeou a comissão apuradora dos votos formada por três Conselheiros, quais sejam: Monimar Leão Alves, Antônio Paulo Luzzi e Alexandre Prudente Marques. Iniciado o trabalho de apuração dos votos, a Comissão anunciou que foram contadas 54 cédulas de votação. Encerrada a totalização dos votos, o Sr. Presidente proclamou o resultado da eleição: Marcia Queiroz Nascimento foi eleita com 29 (quarenta e quatro) votos e o Conselheiro Flávio Buonaduce Borges obteve 22 (vinte e cinco) votos. Registrou que tiveram 03 votos nulos e, ainda, que as cédulas utilizadas na votação ficarão à disposição dos interessados pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Em seguida, o Presidente convidou a Conselheira eleita, Márcia Queiroz Nascimento, para tomar posse no cargo de Diretora Tesoureira da OAB/GO, para o período de 11/02/2015 a 31/12/2015. Após a leitura do termo de compromisso pela Conselheira eleita, Dra. Márcia Queiroz Nascimento, o Sr. Presidente declarou empossada referida Advogada, oportunidade em que lhe desejou sucesso nos trabalhos que irá desenvolver. O Presidente Enil Henrique de Souza Filho destacou que com a escolha da Conselheira Márcia Queiroz Nascimento para o cargo de Diretora Tesoureira da OAB/GO, ocorreu a vacância do cargo de Secretário(a)-Geral Adjunto(a) e, sendo assim, informou que será elaborada Resolução que regulamentará a eleição para o referido cargo e que será nos mesmos moldes da Resolução 03/2015-DIR. Dando continuidade às comunicações, o Sr. Presidente convidou os Conselheiros Iron Amadeu Camilo de Vasconcelos Naves e Alyne Cristine Lopes para tomarem posse, respectivamente, na Comissão de Cultura Esporte e Lazer e Comissão de Seleção e Inscrição, ambos na condição de Presidente. Após a leitura do termo de compromisso pela Dra. Alyne Cristine Lopes, o Sr. Presidente declarou empossados os Conselheiros supracitados, oportunidade em que lhes desejou sucesso nos trabalhos que irão desenvolver. Ato contínuo, o Sr. Presidente informou que no dia 25/02/2015 está agendada visita ao Presidente do Conselho Federal e que os Conselheiros Federais serão convidados a acompanhá-lo nessa visita, bem como, o convite está aberto também aos Conselheiros Estaduais e Presidente de Subseções. Solicitou, também, que quem tiver interesse confirme a presença juntamente à secretaria da Diretoria até o dia 24/02/2015, para que seja organizada a logística de deslocamento. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou também que, no dia 25/02/2015, será realizada a Sessão Solene no CEL da OAB-GO. Prosseguindo, o Sr. Presidente Enil Henrique de Souza Filho comunicou que o Conselho Federal da OAB encaminhou a esta Seccional, para conhecimento, a Súmula 06/2014/OEP, com o seguinte enunciado: “PRESCRIÇÃO DE ANUIDADES. I – O prazo prescricional para cobrança de anuidades devidas à OAB é de 05 (cinco) anos, nos termos do §5º do artigo 206 do Código Civil. II. O termo *a quo* para a contagem do prazo prescricional é

o primeiro dia útil posterior ao vencimento da cota única fixada pela Seccional no correspondente exercício.” **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:** Os conselheiros Thiago Vinícius Vieira Miranda, Ivan Sérgio Vaz Porto, Eurico de Souza, Carlos André Pereira Nunes, Murillo Macedo Lôbo, Margareth de Freitas Silva, José Roberto Ferreira Campos, Marcelo Feitosa de Paula Dias, Douglas Dalto Messora, Alan Ribeiro Silva, Cecília Ferreira Reis Bueno e Neliana de Fraga Sousa. **3. ORDEM DO DIA. 3.1. Leitura de Acórdão:** Nenhum. **3.2. Atos e processos para referendo do Conselho: EXTRAPAUTA: 01. Processo nº 2015/415. Requerentes:** Paulo Roberto Aleixo Silveira e Kellyson Ivo dos Santos Silva. **Denominação:** Silveira Santos Advogados Associados. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **02. Processo nº 2015/432. Requerentes:** Ana Laura dos Santos Queiroz e Maura Di Froscia. **Denominação:** Di Froscia & Queiroz Advogadas. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **03. Processo nº 2014/8753. Requerentes:** Julio Cesar Aun da Cunha e Thiago da Cunha Matsura. **Denominação:** Cunha Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **04. Processo nº 2013/486. Requerentes:** Giuliano Fabrício Miotto Borges de Freitas e Mirelle Ivy Diniz Miotto. **Denominação:** Giuliano Miotto Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade. **05. Processo nº 2014/8696. Requerentes:** Neuza Maêve e Valter Cardoso de Paula Junior. **Denominação:** Maêve – Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **06. Processo nº 2015/451. Requerentes:** Gildo Raimundo de Freitas & Advogados Associados S/S. **Denominação:** Gildo Raimundo de Freitas & Advogados Associados S/S. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **07. Processo nº 2009/7326. Requerentes:** Hélio de Passos Craveiro Filho e Mário Sérgio de Sousa Vilela. **Denominação:** Cardoso Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **08. Processo nº 2014/8781. Requerentes:** Rafael Lara Martins, Fabrício de Melo Barcelos Costa e Felipe Noleto dos Santos. **Denominação:** Lara Martins Sociedade de Advogados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **09. Processo nº 2015/149. Requerentes:** Caio Henrique Ribeiro, Eduardo Antônio Ribeiro e Luciano Alves de Andrade Costa. **Denominação:** Ribeiro e Costa Sociedade de Advogados. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **10. Processo nº 2015/151. Requerentes:** Cezar Esteves do Nascimento e Renan Santos Nascimento. **Denominação:** Esteves & Nascimento Advogados Associados S/S. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **11. Processo nº 1996/9561. Requerentes:** Jairo Faleiro da Silva e Jairo Machado Pinto. **Denominação:** Jairo Faleiro da Silva Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **12. Processo nº 2015/167. Requerentes:** Divino Aparecido Matias e José dos Santos Junior. **Denominação:** Aparecido e Vital Advogados Associados. **Assunto:** Registro de Sociedade de Advogados. **13. Processo nº 2004/4377. Requerentes:** Alexandra Martins da Silva e Wanderson Leite Teixeira Leão. **Denominação:** Alexandra Martins Advogados S/S. **Assunto:** Cancelamento do Registro de Sociedade de Advogados. **14. Processo nº 2013/3874. Requerentes:** Ailtamar Carlos da Silva e Raul Melo Oliveira. **Denominação:** Ailtamar Carlos da Silva e Advogados Associados. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **15. Processo nº 2010/3837. Requerente:** Gomes e Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **16. Processo nº 2004/87. Requerentes:** Vinícius Bozzolan de Lima

e Diogo Campos Vieira. **Denominação:** Bozzolan e Campos Advogados Associados S/S. **Assunto:** Alteração do Registro de Sociedade de Advogados. **Todos os atos da Presidência e da Vice-Presidência relativos às sociedades de advogados foram referendados.** **3.3. Processos com julgamento iniciado: 3.3.1. Processo nº 2014/5691. Requerente:** Gabriel Alves Cury. **Assunto:** Pedido de Criação de Comissão do Advogado Corporativo. **Relator:** Conselheiro Thiago Vinicius Vieira Miranda. Processo em secretaria, com *vista* aos Conselheiros Arlete Mesquita, Lorena Barbosa Garcia e Leonardo Bezerra Cunha. Continuação do julgamento adiado em virtude da ausência justificada do Relator. **3.3.2. Processo nº 1998/2224. Recorrente:** Esmerinda Dias Batista e Souza. **Recorrido:** OAB-GO. **Assunto:** Inscrição no Quadro de Advogados. **Relatora:** Conselheira Chyntia Aquino da Costa Barcellos Milazzo. Processo com *vistas* ao Conselheiro Werley Carlos de Souza. Continuação do julgamento adiado em virtude da ausência da Relatora. **3.4. Processos com julgamento adiado: 3.4.1. Processo nº 2010/2713. Requerente:** Carla de Oliveira Faria. **Requerida:** Elizethe Moreira de Souza. **Assunto:** Pedido de Nota de Desagravo. **Relator:** Conselheiro Ivan Sérgio Vaz Porto. Julgamento adiado em virtude da ausência justificada do Relator. **3.4.2. Processo nº 2011/4070. Recorrentes:** Eurico Barbosa dos Santos Filho e Silverlene Oliva Barbosa dos Santos. **Recorridos:** Arthur Edmundo de Souza Rios, Mauro Lázaro Gonzaga Jayme, Arthur Edmundo de Souza Rios Júnior, Emerson Thadeu Vita, Ana Clara Duarte Carvalho Pires e Pollyana Nascimento Santos. **Assunto:** Pedido de Providências. **Relator:** Conselheiro Ivan Sérgio Vaz Porto. Julgamento adiado em virtude da ausência do Relator. **3.5. Julgamento de Processos / Pauta do dia:** Nenhum. **4. LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO REALIZADA NO DIA 04/02/2015.** Aprovada à unanimidade, sem retificações, no início da sessão. **5. EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DOS PRESENTES.** O Sr. Presidente agradeceu aos conselheiros pela presença, que permaneceram até o final, com destaque aos conselheiros do interior. Registrou também que o que pleito que aconteceu no dia de hoje foi uma demonstração de maturidade do Conselho, vez que cada candidato (Márcia Queiroz Nascimento e Flávio Buonaduce Borges) demonstrou sua disposição em trabalhar e fazer o melhor para a advocacia. Destacou ainda que precisa do apoio de todos do Conselho para fazer uma boa gestão. O Conselheiro Eliomar Pires Martins parabenizou o Presidente pela condução da sessão, bem como registrou a exposição feita foi fundamental e mostra um Presidente com uma cabeça voltada para o sucesso da administração. O Conselheiro Werley Carlos de Souza destacou que venho angustiado para esta sessão, mas que está saindo dela com menos “cinquenta quilos nas costas”, vez que tem argumentos para explicar para os colegas que o questionarem. Em seguida, o Sr. Presidente deu a palavra ao Senhor Secretário-Geral Julio Cesar Meirelles, que fez a seguinte exposição: *“Senhor Presidente pemirta-me só dois rápidos registros. Eu gostaria de fazê-los na presença de todos os conselheiros do plenário cheio como estava aqui agora há pouco. Lamentavelmente, não temos mais o pleno tão lotado como estava antes, mas aqui fica meu registro e que vai ficar registrado nesta Casa. O Primeiro é parabeniza-lo, Senhor Presidente, pela exposição. Eu de fato já tinha ciência de tudo isso que foi exposto, mas a forma como vinha sendo tratado, como foi tratado por um diretor, o Vice-Presidente e como vinha sendo tratado pela mídia, estava nos sangrando, mas Vossa Excelência Presidente teve muita habilidade para com o tempo, fazer*

com que esse calor se arrefecesse e fazer essa apresentação primeiramente ao Conselho. Acho que foi um ato louvável, então fica aqui o meu registro. E tenho certeza que todos nós saímos daqui hoje muito mais tranquilos do que entramos. Hoje nós temos condições de explicar isso para o nosso público alvo, que são os advogados. Esse é o primeiro registro então e reitero Senhor Presidente, parabéns, tá. Fica aqui a minha parabenização e o segundo é também com relação a Dra. Márcia. Também gostaria de parabeniza-la. Não é segredo para ninguém qual foi minha posição durante todo esse processo, que nós tivemos esse processo eleitoral, porque o fiz e me posicionei na hora que fui comunicado. Fui comunicado na sexta-feira da posição do Presidente, no sentido de se indicar a Dra. Márcia e fiz as minha ponderações e ali justifiquei. Eu acho e espero que tenha ficado bastante esclarecido, para todos eles, o fiz de peito aberto de frente, olho no olho, disse das minhas preocupações e disse do meu posicionamento, qual seria meu posicionamento e repito, fiz de forma muito aberta, o fiz de forma muito aberta. Todos aqui vocês viram isso. Agora deixar claro que esse posicionamento que foi demonstrado aqui pelo Conselho hoje uma maturidade muito grande, uma maturidade política e eu assim me vejo inserido neste contexto. Eu tenho certeza que passada essa eleição, nós vamos galgar degraus e eu reafirmo meu compromisso Presidente e Dra. Márcia, reafirmo meu compromisso de trabalho incessante como sempre fiz e como sempre faço já há nove anos pela OAB. Está aqui a minha esposa a Rejane que sabe muito bem disso, as noites que já perdi, os dias que já perdi. Aqui estava também o Dr. Cleone, que é um dos sócios do meu escritório, sabe muito bem o que é minha dedicação pela OAB. Portanto eu reafirmo a minha dedicação a esta Casa, ao Presidente a minha lealdade, sabe que pode contar com isso, estávamos em situação, em uma posição, vamos dizer adversa durante esse processo, mas, jamais deixei de faltar com a lealdade nesse processo e repito a todos justifiquei meu posicionamento, deixando muito claro, muito claro, que Márcia conta sim com minha admiração porque tem competência, tem preparo para isso, tem preparo para isso, goza de um prestígio muito grande. Isso foi demonstrado aqui hoje e tem sim o meu apoio. A eleição acabou agora, a eleição acabou agora, minutos atrás e eu estou aqui de público e quero que vocês reverberem isso a todos. Estou de público reafirmando o meu compromisso e a minha lealdade à Márcia, a nova tesoureira e ao Dr. Enil, nosso Presidente. Ficam aqui os meus dois registros e peço sinceramente que levem adiante aos demais Conselheiros. Agradeço muito a atenção de todos. Obrigado.” O Sr. Presidente agradeceu as palavras do Secretário-Geral Julio Cesar Meirelles e registrou que nunca duvidou da sua lealdade, principalmente para com a Diretoria e com a Instituição. O Conselheiro Mário Ibrahim do Prado parabenizou a Dra. Márcia Queiroz Nascimento pela vitória, bem como parabenizou o Presidente Enil Henrique de Souza Filho pela prestação de contas apresentada. O Sr. Presidente informou que recebeu expediente da Subseção da OAB-GO de Rio Verde, com reivindicações, e que dará o devido encaminhamento para que os pedidos sejam atendidos. O Conselheiro Antônio Carlos Monteiro da Silva parabenizou a vitória da Dra. Márcia Queiroz Nascimento e pediu que a Comissão de Direitos e Prerrogativas seja veemente na reprimenda contra a juíza de Rio Verde que não respeita a advocacia criminal. Ainda, registrou que no pedido tem a sugestão de que seja postulada ação de indenização contra referida juíza. O Sr. Presidente ratificou que será dado o devido andamento, de forma firme e respeitosa. A Conselheira Mônica de Araújo Moura convidou todos a participarem amanhã, às

nove horas, no centro de triagem do Complexo Prisional de Aparecida, para dar início às inspeções em todos os presídios do Estado de Goiás. O Conselheiro Alexandre Ramos Caiado parabenizou o Presidente pela condução da sessão e destacou que a apresentação foi esclarecedora. Ainda, registro sua felicidade com a escolha da Dra. Márcia Queiroz Nascimento para ocupar o cargo de Diretora Tesoureira. **6. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo para ser relatado, eu, Márcia Queiroz Nascimento, Diretora Tesoureira em substituição regimental à Secretaria Geral Adjunta, mandei lavrar a presente ata, que, conferida, será assinada por mim e pelo Presidente, depois de aprovada pelo e. Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás.

Márcia Queiroz Nascimento

Diretora Tesoureira em substituição regimental a Secretaria Geral Adjunta

Enil Henrique de Souza Filho

Presidente